



LDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



CARUARU 2026

LEI Nº 7.385, de 01 de setembro de 2025.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARUARU, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, DEFINIÇÕES E CONCEITOS.

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento as disposições constantes no inciso II do art. 165 da Constituição da República, no inciso I, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco e no inciso II do art. 91 da Lei Orgânica Municipal, as diretrizes orçamentárias do Município para 2026, compreendendo:

- I - disposições preliminares, orientações gerais e transparência;
- II - metas, riscos fiscais e prioridades da administração;
- III - Equilíbrio das contas públicas, avaliação do cumprimento de metas e contingenciamento de despesas;
- IV - estrutura, organização e elaboração do orçamento municipal;
- V - receitas e alterações na legislação tributária;
- VI - execução da despesa pública;
- VII - despesas com pessoal e encargos sociais;
- VIII - transferências de recursos às entidades públicas, privadas e consórcios públicos;
- IX - procedimentos sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- X - programação financeira, cronograma de desembolso e custos;
- XI - limitações e procedimentos para celebração de operações de crédito;
- XII - endividamento e restos a pagar;
- XIII - fiscalização e prestação de contas;
- XIV - disposições gerais e transitórias.

Parágrafo único. As diretrizes para o exercício de 2026 mantêm a vinculação com o Plano Plurianual 2026/2029.

Seção II

Das Normas, Definições e Conceitos

Art. 2º Aplicam-se, na elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual – LOA/2026, as normas e procedimentos constantes nos instrumentos abaixo:

I - Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 11ª edição a partir de 2025, aprovado pelas Portarias Conjuntas STN/SOF nº 26, de 18 de dezembro de 2024, STN/SRPC nº 25, de 18 de dezembro de 2024 e pela Portaria STN/MF nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024.

IV - Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 14ª edição, aplicado à União aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios a partir do exercício financeiro de 2024, aprovado pela Portaria STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, da Secretaria do Tesouro Nacional, atualizado pela Portaria STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024.

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

I - Órgão, unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;

II - Entidade, unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - Agente público, indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

IV - Categoria de Programação, consiste no detalhamento das despesas das unidades orçamentárias por função, subfunção, programa e ação, compreendendo:

a) Programa, o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no Plano Plurianual (PPA), visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ações são operações das quais resultam produtos, na forma de bens ou serviços, que contribuem para atender ao objetivo de um programa, especificadas no orçamento através de projetos e atividades;

c) Projeto, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

d) Atividade, o instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

e) Operação Especial, corresponde às despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Reserva de Contingência, compreende o volume de recursos orçamentários destinado ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos imprevistos que serão utilizados como fonte de recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais;

VI - Transferência, a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas;

VII - Delegação de execução, consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante;

VIII - Despesa Obrigatória de Caráter Continuado é a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixou para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios;

IX - Execução Física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;

X - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

XII – Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas;

XIII - Passivos Contingentes, decorrem de compromissos firmados pelo governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamentos;

XIV - Contingência Passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade;

XV – Programação Financeira e Cronograma de Desembolso, consiste na compatibilização do fluxo de pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados da arrecadação, para atender aos artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

XVI – A classificação por fontes ou destinações de recursos tem como objetivo agrupar receitas que possuam as mesmas normas de aplicação na despesa. Atua como mecanismo integrador entre receitas e despesas, para atender ao parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES GERAIS E DA TRANSPARÊNCIA
Seção Única
Das Orientações Gerais e da Transparência

Art. 4º Deverão ser assegurados os princípios da justiça, da transparência, da publicidade, da participação popular, do controle social, da sustentabilidade, da prevalência do interesse público e da gestão fiscal, na elaboração e execução do orçamento municipal de 2026 e das políticas públicas.

§ 1º São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios digitais de amplo acesso público:

- I - os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II - o balanço geral das contas anuais e pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
- III - os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária;
- IV - os Relatórios de Gestão Fiscal;
- V - os sistemas de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, disponibilizados pela internet, de amplo acesso público;
- VI – o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, da STN, onde são disponibilizados dados e informações do Município, nos períodos exigidos na legislação;

VII – Sistemas do TCE-PE, onde constam os dados e informações enviados pelo Município divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

VIII - o sítio oficial do Município e o portal da transparência.

§ 2º Serão seguidas as disposições sobre transparência constantes na Resolução TCE-PE nº 157, de 15 de dezembro de 2021, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e suas alterações.

§ 3º Serão realizadas audiências públicas durante a elaboração do Plano Plurianual 2026/2029 e do Orçamento Anual de 2026;

§ 4º Durante a execução orçamentária no exercício de 2026, serão publicados e encaminhados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI o Relatório de Gestão Fiscal – RGF quadrimestralmente, e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, bimestralmente, para avaliação e demonstração do cumprimento de metas fiscais, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, a Matriz de Saldos Contábeis – MSC, mensal, a MSC anual e a Declaração de Contas Anuais – DCA.

Art. 5º Até 5 (cinco) dias úteis após o envio da proposta orçamentária para 2026 à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará em seu Portal da Transparência na internet cópia integral do projeto da Lei Orçamentária/2026 e seus anexos, bem como o Projeto de Lei do PPA 2026/2029.

CAPÍTULO III
DAS PRIORIDADES, METAS E RISCOS FISCAIS
Seção I
Das Prioridades e Metas

Art. 6º São estabelecidas as prioridades e metas da Administração Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, que terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 7º As metas fiscais poderão ser revistas por Lei, diante de baixo crescimento econômico, de elevação dos índices inflacionários com repercussão nas receitas e despesas públicas, estados de emergência, calamidade pública e outras situações devidamente justificadas.

Art. 8º Poderá haver, durante a execução orçamentária, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as disposições dos artigos 167 e 212 da Constituição Federal e regras da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Seção II

Do Anexo de Prioridades

Art. 9º As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal integram esta Lei por meio do ANEXO I - Anexo de Prioridades, onde constam as escolhas prioritárias do governo e da sociedade.

Art. 10. As ações prioritárias constarão do orçamento e serão executadas durante o exercício de 2026, de acordo com a disponibilidade de recursos, em consonância com o Plano Plurianual 2026/2029.

Art. 11. Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos.

Seção III

Do Anexo de Metas Fiscais

Art. 12. O ANEXO II - Anexo de Metas Fiscais, estabelecido pelo § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas e despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2026 e para os dois seguintes, bem como avaliação das metas do exercício de 2024, por meio dos seguintes demonstrativos:

- I - Demonstrativo 1: Metas Anuais;
- II - Demonstrativo 2: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo 3: Metas Fiscais Atuais Comparadas com Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo 4: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo 5: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo 6: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores;

VII - Demonstrativo 7: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo 8: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º As informações da situação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata o inciso VI do *caput* deste artigo, devem originarem-se de relatório específico elaborado por atuário, inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

§ 2º O Anexo de Metas Fiscais, elaborado de acordo com o MDF 14ª edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, abrange os órgãos da administração direta e indireta e fundos especiais que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Seção IV **Do Anexo de Riscos Fiscais**

Art. 13. O Anexo de Riscos Fiscais, ANEXO III desta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

Art. 14. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, consoante disposições da alínea “b” do inciso III, do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Serão destinados no orçamento recursos exclusivamente do orçamento fiscal para a reserva de contingência de pelo menos 1,00% (Um por cento) da receita corrente líquida estimada.

§ 2º Na hipótese de não utilização da reserva de contingência nos fins previstos no art. 5º, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101/2000, a reserva poderá ser usada como recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais a partir de julho de 2026, nos termos do inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Seção V **Das Obras em Execução, da Conservação do Patrimônio e dos Novos Projetos**

Art. 15. O Demonstrativo de Obras em Execução, Despesas de Conservação do Patrimônio Público e de Novos Projetos, que integra esta Lei por meio do ANEXO IV, destina-se ao atendimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16. Terão prioridade os projetos em execução, sendo vedada a utilização de recursos de projetos em andamento para custear novos projetos.

CAPÍTULO IV DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS E DO CONTINGENCIMENTO DE DESPESAS

Seção I

Do Equilíbrio das Contas Públicas

Art. 17. Na elaboração, aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual e durante a execução da respectiva Lei, deverão ser observados o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas previstas no Anexo de Metas Fiscais, que poderão ser revistas por lei em função de modificações na política macroeconômica e na conjuntura econômica nacional.

Art. 18. Durante a execução orçamentária serão monitoradas as receitas e as despesas, avaliados os resultados a cada bimestre, assim como deverão ser tomadas medidas caso as metas de resultado primário e nominal não possam ser atingidas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção II

Da Avaliação, do Cumprimento de Metas e do Contingenciamento de Despesas

Art. 19. Durante a execução orçamentária, o acompanhamento do cumprimento das metas será feito com base nas informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para cada bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal, relativo a cada quadrimestre, publicados nos termos da legislação vigente.

Art. 20. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados nesta Lei.

Parágrafo único. O demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2024 integra o Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

CAPÍTULO V
ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I
Das Classificações Orçamentárias

Art. 21. Na elaboração dos orçamentos será obedecida a classificação constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, vigente para o exercício de 2026, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, citado no inciso III do art. 2º desta Lei.

Art. 22. Será adotada a classificação de receita orçamentária de utilização obrigatória pelos entes da Federação, padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, inclusive vinculação às fontes de recursos.

Art. 23. O Quadro de Detalhamento da Despesa será publicado até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2026.

Art. 24. A proposta orçamentária poderá ser apresentada e executada com a classificação orçamentária até a modalidade de aplicação, indicadas as fontes de recursos.

Art. 25. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa, de acordo com a regulamentação vigente, conforme a seguir especificado:

- I - Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais;
- II - Grupo 2 – Juros e Encargos de Dívida;
- III - Grupo 3 – Outras Despesas Correntes;
- IV - Grupo 4 – Investimentos;
- V - Grupo 5 – Inversões Financeiras;
- VI - Grupo 6 – Amortização de Dívidas;
- VII - Grupo 9 – Reserva de Contingência.

Art. 26. A reserva orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores, prevista no art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e atualizações, será identificada no Grupo 9 de Natureza de Despesa e pela Modalidade de Aplicação 99.

Art. 27. As dotações relativas à classificação orçamentária encargos especiais vinculam-se ao programa Operações Especiais, identificado no Orçamento por zeros e na Função 28 (vinte e oito), destinam-se a custear os encargos especiais, para suportar as despesas com:

- I - Amortização de dívidas, juros e encargos de dívidas;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;
- IV - Restituições, inclusive de saldos de convênios;
- V - Ressarcimentos;
- VI - Amortização de dívidas previdenciárias;
- VII - Outros encargos especiais.

Art. 28. A demonstração de compatibilidade da programação orçamentária, com os objetivos e metas desta Lei, será feita por meio de anexo que integrará a Lei Orçamentária de 2026.

Seção II

Da Organização dos Orçamentos

Art. 29. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão as programações dos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município e discriminarão suas despesas com o detalhamento previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, referenciado no inciso III do art. 2º desta Lei.

Art. 30. O orçamento da seguridade social, compreendendo as áreas de saúde, previdência e assistência social, será elaborado de forma integrada nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Art. 31. A lei orçamentária não consignará dotação de investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja prevista no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Art. 32. Na elaboração da proposta orçamentária do Município, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada à consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e admitida a inclusão de projetos genéricos, compatíveis com o plano plurianual.

§ 1º Constarão dotações na proposta orçamentária para as despesas relativas à amortização da dívida consolidada do Município e atendimento das metas de resultado nominal, assim como para o custeio de obrigações decorrentes do serviço da dívida pública.

§ 2º Cada programa identificará os projetos, atividades e operações especiais necessários para atingir seus objetivos, especificando os respectivos valores, finalidade e as unidades orçamentárias responsáveis por sua realização.

§ 3º A programação de cada órgão apresentará, por programa, as intervenções necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, com os respectivos valores e operações, não podendo haver alterações que modifiquem as finalidades estabelecidas.

Art. 33. No orçamento cada projeto, atividade ou operação especial terá identificada a função e a subfunção às quais se vinculam, com codificação de acordo com a classificação vigente e apresentará as dotações orçamentárias, detalhadas por fonte de recursos, por grupos de natureza de despesa e modalidades de aplicação.

Seção III

Do Orçamento do Poder Legislativo

Art. 34. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo para 2026, de que trata o inciso V do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, será encaminhada pela Câmara de Vereadores ao Poder Executivo para inclusão na proposta orçamentária do Município e obedecerá às normas vigentes e aos limites constitucionais.

§ 1º A proposta orçamentária parcial de que trata o caput deste artigo será encaminhada até 5 (cinco) de setembro de 2025, para inclusão na proposta do Orçamento Geral do Município.

§ 2º Junto com a proposta orçamentária, a Câmara de Vereadores enviará ao Poder Executivo os programas de trabalho do Poder Legislativo que serão incluídos no projeto de lei do Plano Plurianual para 2026/2029.

Art. 35. A despesa autorizada para o Poder Legislativo na Lei Orçamentária terá sua execução condicionada ao valor da receita efetivamente arrecadada no exercício de 2025, conforme critérios estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e seus parágrafos, com a redação estabelecida pela Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021.

Seção IV

Do Projeto de Lei Orçamentária Anual

Art. 36. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, será constituída de:

- I - Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- II - Anexos;
- III - Mensagem do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37. A composição dos anexos da Lei Orçamentária será feita por meio de quadros, tabelas e demonstrativos orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei Federal nº 4.320/1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais.

Art. 38. Acompanham a Lei Orçamentária Anual de 2026 os seguintes quadros, demonstrativos e anexos:

I - Quadro de discriminação da legislação da receita;

II - Tabelas e demonstrativos:

a) Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada no exercício de 2024, estimada na LOA/2025 e orçada para 2026;

b) Tabela explicativa da evolução da despesa realizada no exercício de 2024, fixada na LOA/2025 e orçada para 2026;

c) Quadro demonstrativo consolidado da Receita Resultante de Impostos - RRI e da despesa destinada a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, bem como o percentual orçado para 2026, consoante disposição do art. 212 da Constituição Federal;

d) Quadro demonstrativo consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012 e despesas fixadas na proposta orçamentária/2026, destinadas às ações e serviços públicos de saúde no Município;

e) Quadro demonstrativo dos recursos destinados ao atendimento aos programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;

f) Relação de fontes de recursos, com respectivos valores orçados para 2026.

III - Anexos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, que integrarão o orçamento de 2026:

a) Anexo 1: Demonstrativo da receita e da despesa segundo a natureza;

b) Anexo 2: Demonstrativo das receitas segundo as categorias econômicas;

c) Anexo 2: Demonstrativo da despesa por categoria econômica e por unidade orçamentária;

d) Anexo 6: Demonstrativo da despesa por programa de trabalho;

e) Anexo 7: Demonstrativo dos Programas de Trabalho do Governo, indicando funções, subfunções, projetos e atividades;

f) Anexo 8: Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo;

g) Anexo 9: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

IV - Demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária, com as metas de receitas, despesas, resultado nominal e primário estabelecido na LDO/2026;

V - Demonstrativo do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, consoante disposições do § 6º do art. 165 da Constituição da República.

Art. 39. A mensagem, que integra a proposta orçamentária, conterá:

I - Análise da conjuntura econômica nacional enfocando os aspectos que influenciem o Município;

II - Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;

III - Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;

IV - Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da despesa fixada;

V - Situação da dívida do Município, restos a pagar e compromissos financeiros exigíveis.

Art. 40. Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

Art. 41. No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços correntes vigentes em junho de 2025.

§ 1º Considerar-se-ão os índices de inflação acumulada dos últimos doze meses na estimativa dos custos dos serviços, de manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades da administração municipal, assim como expansão das atividades.

§ 2º Aos valores dos custos atuais de que trata o § 1º, serão projetadas atualizações para o exercício de 2026, por meio da aplicação de índices estimados de inflação, considerando, ainda, expansão da estrutura física e ações decorrentes dessa expansão.

§ 3º Na definição dos valores das dotações que integrarão a proposta orçamentária serão consideradas as tendências dos indicadores econômicos e as projeções constantes no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 4º O processo de elaboração da proposta orçamentária será coordenado pelo órgão de planejamento do município em parceria com o órgão de finanças.

Art. 42. As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada, evidenciado o “superávit” corrente, no orçamento anual.

Art. 43. Durante a execução orçamentária deverá ser observado superávit corrente.

Art. 44. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal e nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária conterà autorização para o Poder Executivo proceder, mediante Decreto, à abertura de créditos suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da despesa fixada.

§ 1º A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais depende da existência de recursos orçamentários, conforme dispõe o § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4320/1964, que serão especificados no decreto de abertura do crédito.

§ 2º Os decretos de créditos adicionais decorrentes de leis específicas que contenham dispositivos que criem ações orçamentárias ou programas de governo não serão computados no limite de abertura de crédito suplementar estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Seção V

Do Processamento e das Emendas

Art. 45. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição da República, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Chefe do Poder Executivo devidamente consolidado, junto com todas as emendas e anexos.

Art. 46. As emendas deverão ser compatíveis com o plano plurianual e ser indicadas as fontes de recursos para execução das despesas nas dotações respectivas.

Art. 47. Respeitadas as disposições constitucionais e legais, as emendas ao projeto de lei orçamentária deverão conter:

I - Indicação expressa dos órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e o montante das despesas que serão acrescidas, com as respectivas fontes de recursos;

II - Indicação expressa e quantificação, quando couber, das ações que forem incluídas ou alteradas.

Art. 48. Não poderão ser anuladas, total ou parcialmente, dotações constantes na proposta orçamentária destinadas a investimentos referentes a obras em andamento, para servir de recursos para emendas destinadas a novos investimentos e as destinadas às despesas de que tratam as alíneas “a” a “c” do inciso II, do § 3º, do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 49. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da

Constituição da República, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas à Presidência da Câmara.

Art. 50. O Chefe do Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Seção VI **Das Alterações e dos Créditos Adicionais**

Art. 51. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o mesmo detalhamento da lei orçamentária.

Art. 52. As alterações na lei orçamentária poderão ser realizadas de acordo com as necessidades de execução, observadas as disposições constitucionais e legais e condições de que trata este artigo:

I - as alterações que visem a inclusão de dotações inicialmente não computadas na lei orçamentária, em conformidade com os artigos 41 a 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão autorizadas pelo Poder Legislativo por intermédio de crédito adicional especial aprovado por Lei, que será aberto por decreto;

II - as alterações que visem reforço de dotações para despesas inicialmente computadas de forma insuficiente na lei orçamentária, gerando acréscimo no valor da ação orçamentária, serão realizadas mediante autorização do Poder Legislativo, através de Lei, para abertura de crédito adicional suplementar, em conformidade com os artigos 7º, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que será aberto por decreto;

III - as alterações e/ou inclusões de fontes de recursos, modalidades de aplicação, categoria econômica e grupo de natureza que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias, inicialmente contempladas na lei orçamentária ou em créditos adicionais, serão feitas mediante decreto, por não constituir mudança de categoria de programação nos termos do inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal.

IV – Será concedido na Lei Orçamentária autorização para abertura de créditos suplementares, através de decreto, com recursos de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias destinadas a suprir insuficiência de saldos das dotações relativas à pessoal, dívida pública, saúde, educação, assistência social, defesa civil, epidemias, catástrofes e do Poder Legislativo, sem onerar o percentual do limite de suplementação.

Art. 53. Para a situação constante no inciso II do art. 52 desta Lei, será estabelecido na Lei Orçamentária limite percentual sobre o total da despesa fixada para prévia autorização de abertura de crédito adicional suplementar, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com o art. 165, § 8º da Constituição da República.

Art. 54. A Lei Orçamentária conterà autorização para abertura de crédito adicional para utilização do saldo da conta do Fundeb do exercício anterior, até o limite de 10% (dez por cento) da receita do referido fundo, para atendimento ao art. 25, § 3º da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 55. Poderão ser alterados ou incluídos elementos de despesas que não modifiquem o valor total da ação constante na Lei Orçamentária e em créditos adicionais, por não constituir mudança de categoria de programação, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição da República.

Parágrafo único. Os elementos de despesas, de que trata o caput deste artigo, serão alterados ou incluídos pelo órgão de execução orçamentária diretamente no sistema, desde que não superem o valor autorizado para a ação, com a fonte de recursos respectiva.

Art. 56. Os créditos extraordinários são destinados às despesas imprevisíveis e urgentes como em caso de calamidade pública, consoante disposições do § 3º do art. 167 da Constituição da República e do art. 44, da Lei Federal nº 4.320/1964, e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 57. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses de 2025 poderão ser reabertos e incorporados ao orçamento de 2026, no limite de seus saldos, mediante decreto, conforme permite o art. 167, § 2º, da Constituição Federal, podendo ser ajustada a classificação orçamentária para adequação ao orçamento de 2026.

Art. 58. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados com a forma e o nível de detalhamento estabelecidas para o orçamento.

Art. 59. Durante o exercício de 2026 os projetos de Lei destinados a autorização para abertura de créditos especiais incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar à execução dos programas de trabalho envolvidos, com a programação orçamentária respectiva.

Art. 60. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar à Presidência da Câmara.

§1º A solicitação de que trata o *caput* deste artigo indicará as dotações vinculadas à Câmara Municipal que serão reforçadas e as que serão reduzidas, para atender ao inciso III do §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

§ 2º Verificado eventual saldo de dotação orçamentária da Câmara Municipal que não será utilizado, poderá ser indicado pelo Poder Legislativo para servir como recursos orçamentários para abertura de créditos adicionais, nos termos do art. 43 da Lei nº 4320/1964.

Art. 61. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos 194 a 204 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites legais.

Art. 62. O Plano Plurianual, esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, e seus anexos, poderão ser alterados por leis específicas no decorrer do exercício de 2026, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO VI DAS RECEITAS E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I Da Receita Municipal

Art. 63. Na elaboração da proposta orçamentária, para efeito de previsão de receitas, deverão ser considerados os seguintes fatores:

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico ou recessão da atividade econômica;
- IV – projeções constantes do Anexo de Metas fiscais desta Lei;

Art. 64. Na ausência de parâmetros atualizados do Estado de Pernambuco, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais, na estimativa de receita orçamentária, conforme projeções do Anexo de Metas Fiscais, que integra esta Lei, obtidos das seguintes fontes:

- I - Dados do Ministério da Fazenda;
- II - Relatórios do Banco Central do Brasil;
- III - Publicações do IBGE;
- IV – Informações sobre a economia nacional interpretadas na Nota Técnica Conjunta da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados e da Consultoria de

Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, sobre o Projeto da LDO/2026 da União.

Art. 65. A estimativa de receita para 2026, que integra o ANEXO II desta Lei, fica disponibilizada para o Poder Legislativo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 66. Na proposta orçamentária o montante de receitas previsto para operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital fixadas.

Art. 67. A Lei específica que autorizar operações de crédito, durante o exercício de 2026, poderá reestimar a receita de capital para incluir ou modificar a receita prevista para operações de crédito na Lei Orçamentária Anual.

Seção II **Das Alterações na Legislação Tributária**

Art. 68. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessário à preservação do equilíbrio das contas públicas, à consecução da justiça fiscal, à eficiência e a modernização da máquina arrecadadora, medidas de combate à evasão e à sonegação, alteração das regras de uso e ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo, bem como decorrentes de reforma do sistema tributário nacional.

Parágrafo único. Nas disposições do caput também se inclui medidas para ampliar a cobrança da dívida ativa, consoante disposições da legislação aplicável.

Art. 69. Para o amplo exercício da prerrogativa estabelecida no art. 11 da Lei Complementar nº 101 de 2000, deverá ser dinamizado o setor tributário da Prefeitura, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a modernizar prédio, instalações e equipamentos, contratar pessoal para atender ao excepcional interesse público, locar sistemas informatizados e estruturantes, contratar serviços especializados e tomar outras providências, com o objetivo de aumentar a arrecadação e cobrar eficientemente a dívida ativa tributária.

Parágrafo único. Deverá ser atualizado o cadastro dos prestadores de serviços, contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, e empreendidos esforços para otimizar a arrecadação, que influenciará na participação do Município na repartição das futuras receitas do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Art. 70. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios, que correspondam a tratamento diferenciado, poderão ser apresentados no exercício de 2026, respeitadas disposições do art. 14 da Lei complementar nº 101/2000.

At. 71. Poderá ser concedido desconto de caráter geral, para pagamento em parcela única de IPTU, em percentual estabelecido no Código Tributário Municipal ou em lei específica.

Art. 72. O órgão responsável, no exercício de suas competências:

I - registrará em sistema estruturante, os valores dos tributos lançados, arrecadados, recolhidos e em dívida ativa;

II - controlará e identificará os tributos arrecadados diariamente, para a correta classificação orçamentária e ingresso das receitas na Fazenda Pública;

III - encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade, o montante da receita lançada, arrecadada, valores a receber e em dívida ativa.

Parágrafo único. A transferência dos valores consolidados para o Órgão Central de Contabilidade poderá ser realizada por meio de sistema integrado.

Art. 73. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação aplicável.

§ 1º O setor responsável levantará anualmente o montante de créditos tributários inscritos na dívida ativa, prescritos e/ou que não tenham perspectivas de recebimento e disponibilizará à contabilidade para instruir o ajuste de perdas nos registros contábeis.

§ 2º A dívida ativa tributária deverá ser cobrada por todos os meios legais, observadas as disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualizações.

CAPÍTULO VII
DA DESPESA PÚBLICA
Seção I
Da Execução da Despesa

Art. 74. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e Entes da Federação e entre entidades privadas ou

consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei.

§ 1º Terá prioridade a execução das despesas correntes obrigatórias de caráter continuado, que não serão objeto de contingenciamento, assim como execução das políticas públicas de atendimento direto à população.

§ 2º Deverão ser assegurados recursos preferencialmente para as obras já iniciadas, não podendo ser utilizados recursos de obras em andamento para execução de obras novas.

§ 3º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão executadas por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos do disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

§ 4º É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita a sua identificação precisa.

Art. 75. Poderão ser concebidos, aperfeiçoados ou adquiridos sistemas estruturantes que permitam o controle da ordem cronológica dos pagamentos, para atendimento das disposições do art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 76. As despesas serão vinculadas às fontes de receita destinadas a seu pagamento, desde a dotação orçamentária respectiva, que conterà obrigatoriamente a fonte de recursos a qual se vincula, nos termos da classificação orçamentária vigente.

§ 1º Para atendimento ao parágrafo único do art. 8º da Lei complementar nº 101/2000, às disposições do art. 212 da Constituição da República, do art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012 e da legislação correlata, as despesas serão realizadas obedecendo as vinculações relativas às fontes de recursos respectivas.

§ 2º Para o custeio de obras, serviços, aquisições de bens e demais despesas de custeio, serão emitidas notas de empenho para cada fonte de recursos.

§ 3º Havendo necessidade de pagar despesas com recursos distintos das fontes onde a despesa se encontre empenhada, para pagar com outra fonte permitida, será necessária a emissão de novo empenho, com a fonte pela qual será paga a despesa e determinada a anulação, parcial ou total, do empenho vinculado à fonte originária que deixou de ter os recursos necessários.

§ 4º Existindo empenho global, no valor licitado e contratado, vinculado à determinada fonte de recursos e havendo necessidade de pagar o restante do contrato com outra fonte

permitida, será emitido um empenho complementar com a nova fonte e anulado o saldo do empenho global vinculado à fonte originária que deixou de ter recursos.

Art. 77. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotações orçamentárias.

Art. 78. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na observância da legislação pertinente.

Art. 79. Aos fiscais, gestores de contratos e agentes que forem designados para liquidar despesa compete examinar a documentação comprobatória e os documentos fiscais respectivos, para instruir à formalização do processamento da liquidação da despesa, seguindo as disposições do *caput* e dos §§ 1º e 2º do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 e regulamentação específica.

Parágrafo único. A Tesouraria observará o cumprimento das etapas anteriores e só poderá efetuar o pagamento após regular liquidação, com documentos autênticos e idôneos, com atesto do liquidante e autorização do ordenador da despesa na nota de empenho, observada a vinculação dos recursos e a fonte correta.

Art. 80. O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas, para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e na legislação aplicável, poderá estabelecer procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, inclusive aplicáveis ao processo de encerramento contábil de 2026, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Art. 81. O processo de execução da despesa pública poderá ser formalizado por meio de processo administrativo sumário, contendo:

- I - autorização do ordenador de despesa;
- II - termo de adjudicação da licitação respectiva;
- III - cópia da nota de empenho;
- IV - cópia do instrumento de contrato ou equivalente;
- V - documentos fiscais respectivos;
- VI - documento atestador da comprovação do cumprimento da obrigação contratual, podendo ser boletim de medição de obras e serviços, atestado de recebimento de bens e materiais, dentre outros;

VII - ordem de pagamento, comprovante de transferência bancária ou equivalente;

§ 1º Deverão ser segregados os documentos de despesas realizadas com recursos do Fundeb e arquivados em boa ordem, para efeito de controle, fiscalização e transparência.

§ 2º O processo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser formalizado digitalmente.

Art. 82. Para cumprimento das disposições dos artigos 50 a 56 da Lei Complementar nº 101/2000, os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive consórcios públicos, dos quais o Município participe, apresentarão dados, informações e demonstrativos destinados à consolidação das contas públicas, individualização da aplicação dos recursos vinculados, elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, nos prazos estabelecidos.

Seção II

Das Transferências, das Delegações, dos Consórcios Públicos e das Subvenções.

Subseção I

Das Transferências de Recursos a Instituições Públicas e Privadas

Art. 83. Poderá ser incluída na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município.

Art. 84. As parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, obedecerão às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 1 de agosto de 2014, com a redação dada pela Lei nº 13.204/2015, atualizações posteriores e disposições desta Lei.

Art. 85. A destinação de recursos a entidades privadas também fica condicionada a prévia manifestação dos setores técnicos e jurídico do órgão concedente, sobre o objeto e a adequação dos instrumentos contratuais respectivos às normas pertinentes.

§ 1º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos, bem como do cumprimento integral de todas as cláusulas dos termos de colaboração, termos de fomento, acordo de cooperação ou outro instrumento legal aplicável.

§ 2º A falta de apresentação de prestação de contas nos prazos estabelecidos nos instrumentos contratuais e em planos de trabalho enseja tomada de contas especial, conduzida pelo Órgão de Controle Interno.

Art. 86. Poderão ser celebrados pelo Município convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada com órgãos ou entidades públicas, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observadas as disposições legais pertinentes.

§ 1º As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de repasse respectivo, devendo ser instruída com documentos autênticos e idôneos.

§ 2º Fica vedada a realização, pelo Poder Executivo, de quaisquer despesas decorrentes de convênios, contratos de gestão e termos de parceria celebrados com entidades sem fins lucrativos que deixarem de prestar contas periodicamente, na forma prevista na legislação e nos instrumentos contratuais respectivos.

§ 3º Na ausência de prestação de contas será aberta tomada de contas.

Subseção II

Das Transferências e Delegações à Consórcios Públicos

Art. 87. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, classificação orçamentária nacionalmente unificada, disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, da Portaria STN nº 274, de 2016 e Resolução T.C. nº 34, de 9 de novembro de 2016, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e suas atualizações.

Art. 88. Para as entregas de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida na legislação aplicável.

§ 1º Preferencialmente, as transferências de recursos a consórcios públicos seguirão programação financeira específica.

§ 2º Os prazos para repasses de recursos, realização de obras e serviços seguirão cronogramas previamente pactuados, compatíveis com as programações financeiras do Poder Executivo.

Art. 89. A contabilização das despesas, junto ao consórcio público, deverá individualizar a movimentação de recursos oriundos do Município, assim como o consórcio encaminhará, tempestivamente, à Prefeitura as informações necessárias para atender ao disposto no § 6º do art. 48 e no caput do art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Até 05 (cinco) de setembro de 2025 o consórcio encaminhará à Prefeitura a parcela de seu orçamento para 2026, que será custeada com recursos do Município, para inclusão na proposta orçamentária.

§ 2º O consórcio público deverá prestar todas as informações necessárias para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária, de acordo com a legislação pertinente, inclusive indicação das fontes de recursos que custearão os programas.

§ 3º A proposta orçamentária do consórcio, relativa as ações que integrarão a Lei Orçamentária do Município, deverá ser apresentada à Prefeitura com todo o detalhamento exigido nesta Lei, com os valores expressos em moeda corrente, não se admitindo que o consórcio encaminhe seu orçamento geral e indique um percentual de participação para que sejam calculados os valores das dotações relativas ao Município.

§ 4º O orçamento do consórcio público deverá observar na sua elaboração estimativa realista dos custos dos serviços, alocados em suas atividades e/ou projetos e referir-se apenas aos programas que o Município participe.

Seção III

Das Despesas com Pessoal e Encargos

Art. 90. Deverá haver efetivo controle das despesas com pessoal, nos termos do art. 169 da Constituição Federal e disposições da Lei Complementar nº 101/2000, observadas as disposições transitórias estabelecida na legislação, quanto ao enquadramento dos limites da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida.

§ 1º A despesa com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês de referência com as dos 11 (onze) meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho, observadas disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Na apuração da despesa total de pessoal será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal.

§ 3º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial, que corresponde a 95% do limite de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a convocação para prestação de horas suplementares de trabalho somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública, educação e assistência social ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 91. Em cumprimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, respeitados os limites e disposições da legislação aplicável.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono para pagar o valor do salário-mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, até a aprovação da lei municipal contemplando o reajuste.

§ 2º Os abonos concedidos serão compensados quando da concessão de revisão e reajustes, devendo constar os critérios nas leis específicas que concederem as revisões e os reajustes respectivos.

Art. 92. O projeto de lei que tratar da revisão geral anual dos servidores públicos municipais não poderá conter matéria estranha a esta.

Art. 93. Para as despesas de pessoal que estejam consideradas na margem de expansão discriminada no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário-financeiro junto ao projeto de lei.

Seção IV

Das Despesas com Seguridade Social

Art. 94. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 95. O orçamento da seguridade social compreenderá as programações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social, e conterà, dentre outros, recursos provenientes de:

- I – repasse de contribuição patronal;
- II – contribuição dos servidores públicos municipais;
- III – orçamento fiscal;
- IV – recursos diretamente arrecadados pelas entidades e fundos que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;
- V – transferências por convênios.

Subseção I

Das Despesas com a Previdência Social

Art. 96. A programação orçamentária da entidade do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS será elaborada e encaminhada ao órgão responsável pelo planejamento municipal até 5 (cinco) de setembro de 2025, para ser incorporada à proposta do orçamento municipal.

§ 1º A avaliação financeira e atuarial que instruir as memórias de cálculo do Anexo de Metas Fiscais e projeções de valores para o orçamento do Regime Próprio de Previdência Social-RPPS deverá ser produzida por atuário inscrito no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

§ 2º As estimativas de evolução das despesas para fixação de dotações que integrarão a proposta orçamentária do RPPS seguirão as tendências do crescimento próprio das despesas previdenciárias.

Subseção II

Das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Art. 97. O Poder Executivo transferirá ao Fundo Municipal de Saúde os recursos destinados à realização das ações e dos serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012.

§ 1º As diferenças entre as receitas e as despesas previstas e as efetivamente realizadas que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios serão apurados e corrigidos a cada quadrimestre do exercício financeiro, de acordo com os critérios constantes no art. 24 da Lei Complementar nº 141/2012.

§ 2º Preferencialmente, deverá haver programação financeira para os repasses de recursos ao Fundo Municipal de Saúde, devendo haver programação distinta para pagamento de empenhos inscritos em restos a pagar.

Art. 98. As transferências voluntárias de recursos da União para a área de saúde que estejam condicionadas a contrapartida nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2026, deverão ter dotações no orçamento do Município para seu cumprimento.

Art. 99. A execução orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, referente as ações e serviços públicos de saúde, será acompanhada pelo Conselho Municipal de Saúde e pela sociedade por meio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, Anexo 12 e pelo Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde – SIOPS, de periodicidade bimestral.

Art. 100. A transferência de dados ao SIOPS será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Saúde, nos termos da legislação federal específica.

Art. 101. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo, conclusivo e fundamentado, será emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 102. O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará em portal da transparência, na Internet, a execução orçamentária diária, nos termos da lei.

Art. 103. Constará da proposta orçamentária demonstrativo sintético consolidado das receitas indicadas na Lei Complementar nº 141/2012 e das despesas fixadas para ações e serviços públicos de saúde em 2026.

Subseção III **Das Despesas com Assistência Social**

Art. 104. Para atender ao disposto no art. 203 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da legislação aplicável, seguindo a Política Nacional de Assistência Social nos eixos estratégicos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

§ 1º Para os efeitos do caput deste artigo, a proteção social básica está relacionada com ações de assistência social de caráter preventivo, enquanto a proteção social especial destina-se as ações de caráter protetivo.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social destinará dotações distintas para ações de proteção básica e proteção especial.

Art. 105. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em programas, leis e regulamentos específicos.

Art. 106. Poderão ser criados programas de assistência à população atingida por catástrofes, fenômenos climáticos extremos e epidemias, incluindo os destinados a emprego e renda.

Art. 107. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social, consoante legislação aplicável.

Art. 108. As transferências de recursos do Município para custeio de ações no Fundo Municipal de Assistência Social deverão, preferencialmente, seguir programação com cronograma de repasse.

Seção V

Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art. 109. Integrará o Orçamento do Município um quadro demonstrativo sintético do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante à vinculação de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 110. O Poder Executivo disponibilizará aos Conselhos Municipais de Educação e de Controle Social do Fundeb e aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo 08 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e divulgará no portal da transparência, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino, inclusive os do Fundeb.

§ 1º A demonstração da origem e aplicação dos recursos no ensino será evidenciada no Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 do RREO, de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, para os municípios.

§ 2º A transferência de dados ao SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Educação, nos termos da legislação federal específica.

Seção VI

Dos Repasses de Recursos à Câmara Municipal

Art. 111. Os repasses de recursos à Câmara de Vereadores ocorrerão mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 112. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2026 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2025, devendo ser ajustada, a partir de fevereiro, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de recursos ao Poder Legislativo.

Seção VII

Das Despesas com Serviços de Outros Governos

Art. 113. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas a União, ao Estado de Pernambuco ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes na Lei Orçamentária, mediante convênio, ajuste ou instrumento congêneres.

Art. 114. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, para atender ao disposto no caput do art. 113 desta Lei.

Parágrafo único. A assunção de despesas e serviços de responsabilidade de outros governos fica condicionada a prévia formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes.

Seção VIII

Das Despesas com Cultura e Esportes

Art. 115. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos.

§ 1º Nas atividades de que trata o caput deste artigo, podem ser incluídas dotações para despesas com concessão de prêmios, subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

§ 2º O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal, observada regulamentação local.

Art. 116. Nos programas culturais de que trata o art. 115 desta lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Art. 117. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível com os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Seção IX

Das Mudanças na Estrutura Administrativa

Art. 118. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

Art. 119. Havendo mudança na estrutura administrativa resultante de lei, o Poder Executivo, por decreto, fica autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento de 2026, e em seus créditos adicionais, decorrente da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências, atribuições ou em casos de complementariedade, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Art. 120. Na transposição, transferência ou remanejamento poderá haver reajuste na classificação orçamentária, obedecidos os critérios e as normas estabelecidas na legislação citada no art. 2º desta Lei, inclusive mudanças, inclusões de elementos de despesa, que poderão ocorrer diretamente no sistema, para ajustar:

- I – a Modalidade de Aplicação, exceto quando envolver a modalidade de aplicação 91;
- II – o Elemento de Despesa;
- III – as Fontes de Recursos.

Seção X

Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos

Art. 121. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais, citados no caput deste artigo, deverão ser entregues até o dia 05 (cinco) de setembro de 2025, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e na proposta orçamentária para 2026.

Art. 122. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo manter a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

§ 1º Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação específica.

§ 2º O repasse de recursos para pagamento de restos a pagar do Fundo Municipal de Saúde deverá obedecer a programação específica e solicitação formal.

Art. 123. Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

Art. 124. Os atos relativos as limitações de empenho, em decorrência de frustração de receita que afetem as metas de resultado nominal e primário, abrangem os fundos especiais, respeitados os limites constitucionais e legais estabelecidos.

Seção XI

Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 125. Será emitido Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. O impacto orçamentário-financeiro, aludido no *caput*, será considerado para o exercício que entrar em vigor e para os dois seguintes.

Art. 126. Para os fins previstos no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se despesas irrelevantes às despesas até os valores limites constantes nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e atualizações.

Parágrafo único. Para despesas até o limite estabelecido no *caput* não cabe emissão de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 127. O órgão responsável pelas finanças municipais terá o prazo de 10 (dez) dias para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informado pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

Art. 128. Caso as metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não possam ser cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, serão promovidas reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Parágrafo único. Poderão, através de lei, ser modificadas metas fiscais, com as justificativas necessárias.

Art. 129. Constatada insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos, em atos próprios, procedimentos para a limitação de empenho, observada a seguinte escala de prioridades:

- I - obras não iniciadas;
- II - desapropriações;
- III - instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - serviços para a expansão da ação governamental;
- V - materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VI - outras situações declaradas nos atos de contingenciamento.

§ 1º Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal, incluídos os encargos sociais e demais despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º As limitações de empenho e movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

CAPÍTULO VIII DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DOS CUSTOS

Seção I

Do Programação Financeira e do Detalhamento da Despesa

Art. 130. Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, será elaborada a programação financeira e o cronograma de desembolso, devendo as receitas previstas serem desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá à programação financeira, o cronograma de desembolso e as metas bimensais de arrecadação.

§ 2º As medidas de combate à evasão e à sonegação e a indicação da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa, de que trata o § 1º deste artigo, poderá ser objeto de decreto específico.

§ 3º Poderá haver reprogramação financeira para compatibilizar o fluxo financeiro com as despesas, em decorrência do comportamento da economia que impacte negativamente nos valores programados para as receitas.

Seção II

Do Controle de Custos e Avaliação dos Resultados

Art. 131. O controle de custos, no âmbito da Administração Municipal, obedecerá às normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que serão implantadas, paulatinamente, de acordo com a capacidade de estruturação de um sistema estruturante de controle de custos, com software adequado ao Município.

§ 1º Na elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual constarão os valores das despesas de cada programa e das ações respectivas, discriminadas na programação orçamentária em projetos e atividades.

§ 2º Durante a execução orçamentária serão individualizados os valores das despesas de programas e ações, para facilitar o acompanhamento pelos titulares de órgãos e gestores de programas.

Art. 132. Os gestores quantificarão as metas físicas das ações, para comparação com as despesas demonstradas na execução orçamentária e financeira em projetos e atividades, vinculadas aos programas respectivos, com vistas a facilitar a avaliação dos gastos, a evolução de indicadores e monitoramento das políticas públicas.

§ 1º A avaliação dos resultados dos programas será feita preferencialmente através de indicadores, devendo o Gestor de cada programa acompanhar os gastos com a execução do programa e comparar as metas físicas previstas com as realizadas.

§ 2º Durante o exercício de 2026 poderão ser construídos, substituídos, modificados e acrescidos indicadores para mesurar o desempenho dos programas de trabalho do Plano Plurianual 2026/2029, por meio de Decreto.

CAPÍTULO IX
DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Seção única
Das Prestações de Contas e da Fiscalização

Art. 133. Serão apresentadas até o último dia útil de março de 2026:

I - a Prestação de Contas Anual de Governo, exercício de 2025, pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - as Prestações de Contas Anuais de Gestão, exercício de 2025, pelos Gestores e demais responsáveis por recursos públicos.

§ 1º Serão apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE as prestações de contas de 2025, em meio digital no processo eletrônico, de acordo com resoluções do referido tribunal.

§2º A coordenação do processo de coleta de dados e informações para organização da documentação que comporá o processo de prestação de contas ficará a cargo do Órgão de Controle Interno do Município.

Art. 134. Serão apresentadas à Câmara Municipal as prestações de contas de 2025, da forma estabelecida pelo TCE-PE, em meio digital e disponibilizadas na Internet, para conhecimento da sociedade.

Art. 135. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira, inclusive dos convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º O órgão de controle interno poderá estabelecer pontos de controle com servidores designados para atuar nas ações de controle.

§ 2º Os servidores designados para atuar em ações de controle deverão ser treinados para esse fim.

CAPÍTULO X
DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS, CONSÓRCIOS E
DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Seção I

Do Orçamento dos Fundos, Consórcios e de Órgãos da Administração Indireta

Art. 136. Os orçamentos dos órgãos e entidades da administração indireta, fundos municipais e consórcios públicos que o Município participe, poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da administração indireta citados no caput deste artigo encaminharão, até o dia 05 (cinco) de setembro de 2025, seus planos de trabalho e orçamentos parciais, ao órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas em 2026.

Seção II

Da Execução Orçamentária e Controle de Investimentos

Art. 137. Os gestores de programas, de contratos e de convênios acompanharão a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas e o alcance dos objetivos de cada programa.

§1º O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitir relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

§ 2º O gestor de convênios e instrumentos equivalentes será responsável pela formalização da prestação de contas do instrumento respectivo e acompanhamento até sua regular aprovação, alimentação dos sistemas informatizados do Governo transferidor dos recursos e atendimento de diligências.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo designará os responsáveis pela gestão e de convênios, contratos e programas, bem como os fiscais dos contratos e instrumentos congêneres.

Art. 138. Os órgãos e as entidades da administração direta e indireta, ficam obrigados a implantar e a manter atualizados os procedimentos de controle interno de obras e serviços de engenharia, estabelecidos na Resolução nº 114, de 09 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e atualizações.

CAPÍTULO XI
DAS DÍVIDAS, DO ENDIVIDAMENTO E DOS RESTOS A PAGAR

Seção I
Dos Precatórios

Art. 139. O orçamento consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art. 140. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2025, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para 2026.

Art. 141. O órgão de planejamento deverá solicitar da área jurídica a posição dos precatórios, especialmente àqueles que deverão ser pagos em 2026, para inclusão das dotações orçamentárias respectivas.

Seção II
Da Celebração de Operações de Crédito e Alienação de Bens

Art. 142. O Poder Executivo poderá celebrar operações de crédito, nos termos da Legislação aplicável e dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal.

Parágrafo único. Fica autorizada a realização de operação de crédito por antecipação de receita, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e regulamentação do Senado Federal.

Art. 143. A autorização para celebração operação de crédito será feita por meio de lei, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e regulamentação pertinente.

§ 1º Poderá constar da Lei Orçamentária de 2026 estimativa de receitas e dotações para investimentos tendo como fontes de financiamento operações de crédito.

§ 2º Somente poderão ser realizadas despesas com fonte de recursos de operações de crédito quando a operação for realizada e os recursos ingressarem na receita.

Art. 144. A lei que autorizar operação de crédito poderá reestimar a receita de operações de crédito constantes da Lei orçamentária para compatibilizar com o valor da operação e autorizar abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente em 2026, para investimentos tendo como fonte os recursos da operação de crédito.

Art. 145. É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, ou legislação federal específica.

Seção III **Dos Restos a Pagar**

Art. 146. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910 de 6 de janeiro de 1932;

II - anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;

III - anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;

IV - anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada;

V - anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas em confissão de dívida de longo prazo;

VI - cancelar valores registrados como restos a pagar por montante, vindos de exercícios anteriores, que não tenham sido correspondidos com os empenhos respectivos, impossibilitando a individualização dos credores e a comprovação de sua regular liquidação.

Art. 147. Os empenhos não processados até 31 de dezembro de 2025, sem disponibilidade de caixa para seus pagamentos deverão ser anulados.

Seção IV **Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada**

Art.148. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Consolidada Pública, inclusive decorrente de assunção de débitos previdenciários, para efeito de controle e acompanhamento.

§ 1º Serão consignadas no orçamento dotações para o custeio do serviço da dívida, compreendendo juros, atualizações e amortizações da dívida consolidada.

§ 2º Na proposta orçamentária deverá ser considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO XII
DAS PARCEIRA PÚBLICO-PRIVADAS
Seção Única
Das Parcerias Público-Privadas

Art. 149. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar PPP – Parceria Público-Privada de Concessão Administrativa nas Modalidades patrocinada ou administrativa, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e atualizações.

§ 1º É obrigatória a apresentação de estudos de viabilidade econômica e financeira, bem como a análise do impacto orçamentário sobre as metas fiscais e a dívida pública, previamente à celebração de contratos de PPP, observando-se o disposto na Resolução nº 11/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

§ 2º Eventuais operações de crédito destinadas a garantir contraprestações financeiras desses contratos deverão observar rigorosamente o artigo 35, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assegurando o cumprimento integral das exigências legais para preservação da transparência e da responsabilidade fiscal.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Seção Única
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 150. A elaboração do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2026, com fundamento no inciso III do art. 165 da Constituição Federal, será realizada com a participação da sociedade, segundo os princípios da democracia direta, da justiça social, da transparência e da sustentabilidade.

Art. 151. Caso o Projeto da Lei Orçamentária para 2026, apresentado ao Poder Legislativo até 5 (cinco) de outubro de 2025, não seja sancionado até 31 de dezembro de 2025, a programação nele constante poderá ser executada em 2026, até a publicação da Lei Orçamentária, para o atendimento de:

- I - despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - ações de enfrentamento, prevenção a desastres, catástrofes, emergência e/ou calamidade pública;
- III - ações em andamento;
- IV - obras em execução;

V - manutenção dos órgãos, entidades e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos à população;

VI- execução dos programas relacionados com a execução das políticas públicas, despesas obrigatórias continuadas e outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º Para as demais despesas não elencadas no caput deste artigo, fica autorizada a execução de 1/12 (um, doze avos) da dotação respectiva.

§ 2º Será considerada antecipação de crédito a conta da Lei Orçamentária Anual de 2026 a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados até a data de publicação da respectiva lei orçamentária serão ajustados, considerando-se a execução prevista neste artigo, por Decreto do Poder Executivo, após a sanção da lei orçamentária de 2026, por intermédio da abertura de créditos adicionais.

Art. 152. É proibida a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

Art. 153. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei que modifiquem disposições desta Lei, respeitadas as normas legais vigentes.

Art. 154. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jaime Nejaím, 01 de setembro de 2025; 204º aniversário da Independência; 137º aniversário da República.

RODRIGO PINHEIRO
Prefeito



ANEXO I

ANEXO DE PRIORIDADES

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

CARUARU 2026

1848

CARUARU



CARUARU
PREFEITURA

O Anexo de Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2026, contempla as escolhas do governo e da sociedade para execução das ações prioritárias que deverão ser realizadas no exercício que se inicia em janeiro de 2026, nas áreas discriminadas a seguir:



ANEXO DE PRIORIDADES - LDO 2026

EIXO 1 - INOVAÇÃO SOCIAL	
META PRIORITÁRIA	ODS relacionados
Consolidar uma educação estratégica, inclusiva e transformadora, com foco na qualidade e na equidade, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a EJA e o Cursinho Pré-Vestibular Prof. Edilson de Góis	 
Promover os espaços públicos, como praças e parques, como um instrumento de incentivo às práticas de esporte e lazer pela população	 
Fortalecer a prática esportiva dos estudantes e atletas de alto rendimento	 
Integrar e consolidar iniciativas estratégicas e intersetoriais para a Primeira Infância	  
Conservar, modernizar e manter a funcionalidade da infraestrutura física em todas as unidades da rede municipal de ensino	
Promover a qualidade alimentar e a segurança nutricional nas unidades escolares do município	 
Fortalecer as ações que promovem ambientes escolares mais seguros, acolhedores e que incentivem a permanência dos estudantes	  
Promover o acesso ordenado, equânime, integral e em tempo hábil aos usuários do SUS	
Ampliar o acesso aos serviços especializados de acordo com a demanda ordenada pela Atenção Básica	
Aprimorar as estratégias de promoção e vigilância em saúde, visando a diminuição de riscos e agravos	
Modernizar a gestão da assistência farmacêutica municipal	

<p>Assegurar a oferta da Proteção Social com ações de prevenção e respostas às violências às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social</p>	
<p>Promover o Direito Humano à alimentação e nutrição adequadas</p>	
<p>Ampliar o acesso a programas de inserção social de egressos do sistema prisional com foco na qualificação profissional e empregabilidade</p>	
<p>Promover ações e campanhas de prevenção e enfrentamento às violações de direitos, com foco na proteção e de direitos das Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas, Populações Étnico-raciais, Comunidade LGBTQIAPN+ e Juventudes</p>	
<p>Promover o protagonismo juvenil e ampliar oportunidades para a juventude caruaruense por meio de políticas integradas de educação, cultura, esporte, saúde, empreendedorismo e participação cidadã</p>	
<p>Incorporar, de forma transversal, os princípios da acessibilidade e da inclusão nas políticas públicas municipais, assegurando igualdade de oportunidades e participação ativa das pessoas com deficiência nos diversos serviços e programas ofertados.</p>	
<p>Fortalecer parcerias com os Governos Estadual e Federal para ampliar o acesso à moradia digna por meio da promoção de políticas públicas de habitação de interesse social, com foco na população em situação de vulnerabilidade.</p>	
<p>Qualificar as ações de Habitação de Interesse Social, com foco no desenvolvimento socioeconômico, na promoção da autogestão territorial e no fortalecimento da autonomia e do protagonismo social das comunidades atendidas</p>	
<p>Desenvolver estratégias no âmbito municipal para prevenir a violência contra as mulheres e ampliar o acesso à rede de proteção e acolhimento</p>	
<p>Ampliar o acesso das mulheres à autonomia econômica e à inclusão produtiva</p>	
<p>Desenvolver políticas públicas para a promoção da saúde integral, dos direitos e da liderança das mulheres</p>	

Incluir a aplicação da telemedicina nas unidades de saúde da família das zonas rurais e periferias urbanas.	
Capacitar e equipar 100% dos agentes comunitários de saúde com tablets e aplicativos de monitoramento domiciliar.	
Fortalecer e melhorar o teleatendimento no sistema de saúde pública municipal.	
Fortalecer a prática esportiva e ampliar a concessão da Bolsa Atleta para estudantes e atletas de alto rendimento. Além disso, aprimorar o fomento e o desenvolvimento dos jogos escolares municipais.	
Implementar as ações em educação especial, em qualificação profissional e especialização na área, para garantir o pleno desenvolvimento destes cidadãos.	
Qualificar e priorizar o atendimento às pessoas com necessidades especiais	
Implementar o incentivo aos técnicos, com apoio, para a participação de atletas de alto rendimento em competições regionais, nacionais e internacionais.	

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
META PRIORITÁRIA	ODS relacionados
Fortalecer o ecossistema de inovação municipal, por meio da atração de investimentos e expansão de startups em parceria com o Porto Digital, entre outras iniciativas	 
Ampliar a geração de emprego e renda e o desenvolvimento socioeconômico, com foco em ações de qualificação profissional, incentivos fiscais, inovação social e estímulo ao empreendedorismo urbano e rural	  
Consolidar Caruaru como destino turístico de lazer e de negócios	 
Expandir as áreas industriais voltadas à logística dentro do Polo de Desenvolvimento Sustentável do Agreste (PDSA)	  
Fomentar e apoiar espaços de escoamentos dos insumos produzidos pelos agricultores familiares	 
Promover ações que englobem tecnologias de plantio, manejo sustentáveis para fortalecimento da agricultura familiar	  
Promover o desenvolvimento e escoamento da produção agropecuária no município	 
Alavancar a recuperação e manutenção de estradas vicinais no município	 
Ampliar os investimentos de infraestrutura da CEACA	 
Fortalecer as estratégias de segurança na CEACA	 
Ampliar o Programa CEACA Alimenta	 

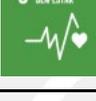


Fortalecer as políticas públicas voltadas ao incentivo de energia renováveis



EIXO 3 - GESTÃO DO TERRITÓRIO E DA CIDADE	
META PRIORITÁRIA	ODS relacionados
Fortalecer políticas de segurança municipal e prevenção à violência	
Ampliar a política de proteção e Defesa Civil no município	 
Ampliar a política de Bombeiros Civis no município	 
Consolidar a política de Ordenamento Público no município	 
Iniciar a implantação do sistema municipal de cercamento eletrônico	
Fortalecer a segurança na zona rural por meio da promoção de estratégias preventivas, contribuindo para a proteção das comunidades e do patrimônio rural	 
Intensificar o programa Prefeitura na Porta	
Potencializar a manutenção de praças e áreas verdes	 
Intensificar as atividades de Conservação de Vias e Espaços Públicos	 
Aprimorar a gestão e o controle energético da iluminação pública	  
Implementar e consolidar Parcerias Público-Privadas (PPP) como instrumento estratégico para qualificar a gestão municipal e promover o desenvolvimento local	  
Promover a ampliação e requalificação dos cemitérios e velórios públicos municipais	

Fortalecer as políticas de gestão nas feiras do município	 
Modernizar a manutenção viária através da inclusão de novas tecnologias para monitoramento e reparo eficiente das vias	 
Incrementar os investimentos em obras de macrodrenagem urbana	 
Construir duas novas pontes nos bairros Alto do Moura e Saldanha da Gama, com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana e fortalecer a integração entre regiões estratégicas da cidade	 
Ampliar a execução do Programa Minha Rua Nova, promovendo a pavimentação e urbanização de vias que ainda não possuem infraestrutura adequada, priorizando a inclusão de calçadas acessíveis e padronizadas.	
Executar novas obras de recapeamento asfáltico em vias destinadas a rota de ônibus do município, com foco na melhoria da malha viária existente, promovendo maior durabilidade das vias	
Ampliar parcerias com o Governo do Estado para a requalificação das vias de acesso aos distritos rurais, promovendo a melhoria da mobilidade, segurança e o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades.	 
Ampliar as ações de Regularização Fundiária	 
Automatizar o processo de Licenciamento Urbano, Ambiental e Cadastro Imobiliário	 
Ampliar as ações de gestão das áreas públicas com a inclusão do processo de regularização	
Implantar sistema de gestão de tráfego inteligente, utilizando tecnologias avançadas para monitoramento em tempo real, análise de dados e controle semafórico dinâmico, promovendo maior fluidez e redução de congestionamentos	 

Fortalecer as políticas de segurança viária baseadas nas abordagens de Visão Zero e Sistema Seguro, promovendo uma atuação estruturada para prevenir fatalidades no trânsito	 
Fortalecer o sistema de transporte público municipal, por meio da melhoria da qualidade do serviço prestado	
Promover a mobilidade ativa e sustentável, priorizando pedestres e ciclistas	 
Consolidar a Escola de Trânsito Municipal	 
Fortalecer as ações de proteção e promoção da saúde animal com foco no bem-estar e controle populacional	 
Requalificar e ampliar os serviços e a infraestrutura da AME Animal	 
Promover a educação ambiental no município, incentivando práticas de sustentabilidade	  
Impulsionar o desenvolvimento da política pública de sustentabilidade	  
Construção do Hospital Público Veterinário	 
Construir Casa de Passagem para animais em vulnerabilidade	 
Disponer de serviços cirúrgicos ortopédicos para animais de rua e de tutores de baixa renda	 
Implantação de um CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres	 
Censo animal: mapear a população de cães e gatos no Município.	 



Contratação de veterinário para a AME Animal	 
Tornar a AME Animal em UPA Animal 24h	 
Infraestrutura urbana e saneamento – Executar obras de pavimentação, drenagem e saneamento em ruas já requeridas pela comunidade e em processos administrativos anteriores.	   
Iluminação Pública – Ampliar o Programa Ilumina Caruaru, com a implantação de iluminação em LED nas zonas rurais e em áreas de maior vulnerabilidade e risco.	  
Ampliar e modernizar ambulatórios da AME animal em nosso Município, com cirurgias ortopédicas.	 
Organizar e ampliar a limpeza e manutenção do Rio Ipojuca.	 



EIXO 4 - CULTURA

META PRIORITÁRIA	ODS relacionados
Ampliar o acesso à cultura por meio da descentralização de ações culturais, valorizando a diversidade artística e a memória cultural local	 
Integrar cultura e educação por meio da formação artística e da criação de espaços de aprendizagem cultural	 
Assegurar acessibilidade nos equipamentos e eventos culturais promovidos ou apoiados pelo município, por meio de recursos que garantam a participação plena e inclusiva de todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência	 
Fortalecer as políticas de preservação, valorização e uso sustentável do patrimônio cultural material e imaterial do município	

EIXO 5 - GESTÃO E TECNOLOGIA	
META LDO 2026	ODS relacionados
Aprimorar a gestão pública por meio da valorização profissional e da formação continuada dos servidores através da Escola de Governo	  
Fortalecer a gestão patrimonial municipal com processos padronizados, centralizados e digitalizados, promovendo uma gestão eficiente, transparente e integrada dos bens públicos	 
Consolidar a governança digital com a integração e qualificação dos processos administrativos, priorizando a eficiência na distribuição de recursos	
Fortalecer e modernizar a gestão tributária a fim de aprimorar as ações estratégicas relativas ao equilíbrio fiscal do município	 
Fortalecer a qualidade no atendimento aos aposentados e pensionistas municipais	  
Fortalecer o equilíbrio atuarial e financeiro do regime próprio de previdência, consolidando a transparência na gestão previdenciária	 
Fortalecer o controle social e a transparência na gestão pública, ampliando a participação cidadã em consultas populares e orçamentos participativos, bem como no acesso às informações governamentais	
Fortalecer as atividades da Ouvidoria-Geral do Município	 
Aperfeiçoar e modernizar o acesso às informações no Portal da Transparência do Município	
Consolidar práticas de governança, otimizar a operação administrativa e assegurar o cumprimento das normas e obrigações legais	
Fomentar a eficiência operacional e gerenciamento de processos, com a implementação do software processual	



Estimular política municipal de acordos para promover a redução de acervo processual	
Fortalecer a REDE AVANÇA CARUARU para estimular a otimização de captações de recursos para o município	
Aprimorar o modelo de gestão pública por resultados, integrando planejamento, orçamento e monitoramento das políticas públicas com foco no desenvolvimento sustentável	
Otimizar e consolidar a gestão da Tecnologia da Informação no município, promovendo a integração eficiente dos sistemas e a segurança dos dados públicos	
Implementar projetos estratégicos com foco no desenvolvimento urbano, social e econômico, articulando setores e gerindo equipamentos prioritários	



ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

CARUARU 2026

1848

CARUARU

ANEXO II - METAS FISCAIS

DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/2026

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Caruaru, para o exercício de 2026, é um conjunto de demonstrativos estabelecidos pelo art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Foi elaborado de conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional pela Portaria STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, com a finalidade de estabelecer as metas fiscais anuais, em valores constantes e correntes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e o montante da dívida para o exercício a que se refere (2026) e para os dois seguintes (2027 e 2028), bem como a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior (2024) e evolução do patrimônio líquido do Município.

Integram o presente Anexo de Metas Fiscais os demonstrativos abaixo especificados, metodologia e memória de cálculos:

I - Demonstrativo 1 – Metas Anuais de:

- a) Receitas Primárias;
- b) Despesas Primárias;
- c) Resultado Nominal;
- d) Resultado Primário;
- e) Montante da Dívida.

II – Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores;

VII – Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII – Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Tabela 1 – Metas Anuais



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, Art. 4º § 1º)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.126.276	2.034.714	0,70	0,14	2.219.336	2.042.083	0,72	0,15	2.500.680	2.215.654	0,79	0,16
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	2.056.526	1.967.968	0,68	0,14	2.152.359	1.980.455	0,69	0,14	2.259.447	2.001.916	0,71	0,15
Receitas Primárias Correntes	1.906.526	1.824.427	0,63	0,13	2.032.359	1.870.039	0,66	0,14	2.163.447	1.916.858	0,68	0,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	356.200	340.861	0,12	0,02	379.709	349.383	0,12	0,03	404.201	358.130	0,13	0,03
Contribuições	49.823	47.678	0,02	0,00	53.111	48.869	0,02	0,00	56.538	50.094	0,02	0,00
Transferências Correntes	1.382.495	1.322.962	0,46	0,09	1.473.740	1.356.036	0,48	0,10	1.568.797	1.389.986	0,49	0,10
Demais Receitas Primárias Correntes	118.008	112.926	0,04	0,01	125.798	115.751	0,04	0,01	133.912	118.648	0,04	0,01
Receitas Primárias de Capital	150.000	143.541	0,05	0,01	120.000	110.416	0,04	0,01	96.000	85.058	0,03	0,01
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	2.126.276	2.034.714	0,70	0,14	2.219.336	2.042.084	0,72	0,15	2.298.244	2.036.292	0,72	0,15
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	2.088.959	1.999.004	0,69	0,14	2.180.453	2.006.306	0,70	0,14	2.257.464	2.000.160	0,71	0,15
Despesas Primárias Correntes	1.706.306	1.632.829	0,56	0,12	1.802.415	1.658.460	0,58	0,12	1.917.135	1.698.621	0,60	0,13
Pessoal e Encargos Sociais	1.007.995	964.589	0,33	0,07	1.076.203	990.249	0,35	0,07	1.146.958	1.016.229	0,36	0,07
Outras Despesas Correntes	698.310	668.240	0,23	0,05	726.212	668.211	0,23	0,05	770.177	682.393	0,24	0,05
Despesas Primárias de Capital	382.653	366.175	0,13	0,03	378.039	347.846	0,12	0,03	340.329	301.539	0,11	0,02
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	109.171	104.470	0,04	0,01	115.467	106.245	0,04	0,01	119.912	106.245	0,04	0,01
Receita Total (COM FONTES RPPS)	2.304.672	2.205.428	0,76	0,16	2.409.506	2.217.064	0,78	0,16	2.500.680	2.215.654	0,79	0,16
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	2.229.834	2.133.813	0,74	0,15	2.337.105	2.150.446	0,75	0,16	2.456.109	2.176.163	0,77	0,16
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	2.304.672	2.205.428	0,76	0,16	2.409.506	2.217.065	0,78	0,16	2.500.680	2.215.654	0,79	0,16
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	2.161.574	2.068.492	0,71	0,15	2.198.825	2.023.210	0,71	0,15	2.275.893	2.016.488	0,71	0,15
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	73.348	70.190	0,02	0,00	56.299	51.803	0,02	0,00	35.633	31.572	0,01	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (v) + (III - IV)	68.260	65.321	0,02	0,00	50.875	46.812	0,02	0,00	29.859	26.456	0,01	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	38.838	37.165	0,01	0,00	41.401	38.094	0,01	0,00	44.071	39.048	0,01	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	48.705	46.607	0,02	0,00	53.752	49.459	0,02	0,00	59.127	52.387	0,02	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	374.227	358.112	0,12	0,03	318.539	293.099	0,10	0,02	263.351	233.334	0,08	0,02
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	316.272	302.653	0,10	0,02	265.857	244.624	0,09	0,02	233.131	206.559	0,07	0,02
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	59.739	57.166	0,02	0,00	50.415	46.389	0,02	0,00	32.726	28.996	0,01	0,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

Notas Explicativas:

Nota 1: A mudança na forma de cálculo dos resultados primário e nominal, que agora separa os valores do RPPS e considera a despesa paga, impacta os resultados apresentados. A nova metodologia inclui receitas e despesas intraorçamentárias, segrega as operações do RPPS e apura despesas pelos valores pagos. Essas alterações, em parte não contempladas na metodologia anterior, podem gerar divergências nos valores em comparação a exercícios anteriores, especialmente nos montantes relacionados ao RPPS. Detalhes sobre a metodologia podem ser consultados na Memória de Cálculo da Receita e Despesa.

PIB - Produto Interno Bruto.

Notas Explicativas:

2 - No exercício financeiro de 2023 o valor do PIB de Pernambuco foi de R\$ 258,5 bilhões em valores correntes, crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior. Fonte: CONDEPE - FIDEM, publicado em 08/03/2024 no site www.condepefidem.pe.gov.br.

3 - O valor do PIB de Pernambuco de 2024 foi de R\$ 288,67 bilhões em valores correntes e apresentou crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Fonte: Instituto de Gestão Pública de Pernambuco (IGPE), Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (Seplag-PE).

4 - Considerando a falta de projeções oficiais do Estado de Pernambuco para os exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028, os valores projetados para esses períodos foram calculados com base no valor do PIB Estadual do ano de 2024, acrescido da previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional obtida no relatório Focus de 13 de junho de 2025, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Ano	Taxa de Crescimento do PIB %	Valor em Milhares (R\$)
2023	1,40%	258.500.000
2024	4,90%	288.670.000
2025	2,20%	295.020.740
2026	2,50%	302.396.259
2027	2,60%	310.258.561
2028	2,60%	318.325.284

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM/IGPE/SEPLAG PE
Relatório Focus 13/06/2025
Nota Técnica Conjunta PLN n 4/2025 (LDO União)

Fator de Crescimento Real do PIB Nacional.

Notas Explicativas:

5 - A estimativa de Crescimento é obtido a partir da média geométrica das taxas de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos, conforme art. 5º da Portaria STN nº 1.349, de 8 de janeiro de 2022.

6 - A partir de 22/4/2025, considerando a publicação pelo IBGE do PIB de 2024 e a sua revisão da taxa de crescimento do PIB de 2023, o fator de projeção a ser utilizado passa a ser de 1,01907762057, o que equivale a uma taxa de crescimento média de 1,907762057%, calculado conforme tabela abaixo:

Fator de Crescimento Real do PIB Nacional									
Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Média Geométrica
Crescimento do PIB	1,01322869044	1,01783666758	1,01220777818	0,96723241217	1,04762604367	1,03016694354	1,03241655328	1,03395866456	1,01907762057

Fonte: CNT/IBGE/MIP 2025

Receita Corrente Líquida:

Notas Explicativas:

7 - A RCL é projetada mediante a aplicação de fator de projeção sobre a RCL no período de 12 (doze) meses findos no mês de referência. Para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, o Fator de Atualização utilizado é de 1,01907762057.

RCL Projetada			
Ano	2026	2027	2028
Receita Corrente Líquida - RCL	1.476.722.126	1.504.894.471	1.533.604.276

Metodologia de Cálculo

RCL Projetada = (RCL Ano X0 * 1,01907762057)

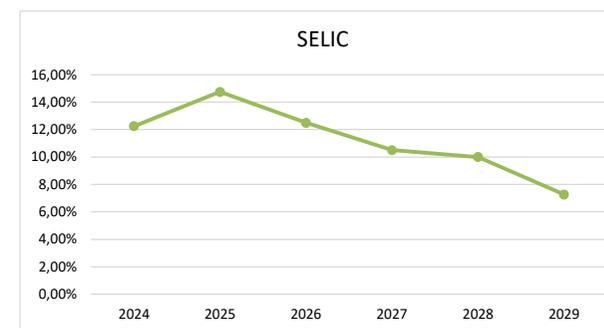
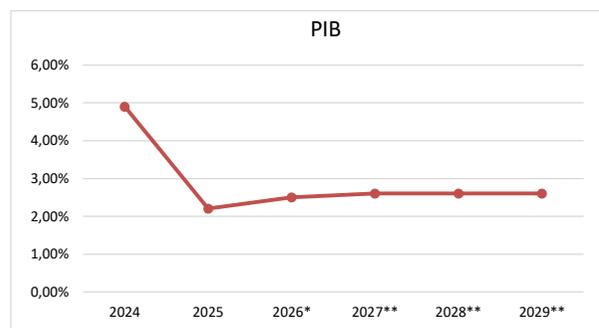
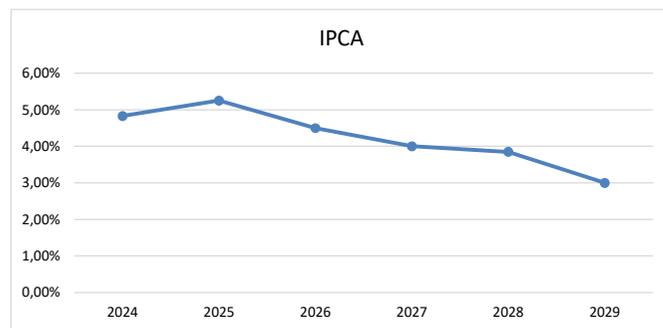
O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2026	2027	2028
PIB estimado (crescimento % anual)	2,50%	2,60%	2,60%
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice IPCA	4,50%	4,00%	3,85%

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2026		2027		2028	
Valor Corrente /	1,0450	Valor Corrente /	1,0868	Valor Corrente /	1,1286

Séries históricas dos indicadores IPCA, PIB e SELIC



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM (PIB PE 2023 e 2024), IBGE - BACEN, Relatório FOCUS publicado em 13 de junho de 2025, Nota Técnica Conjunta PLN n 4/2025 (LDO União).

** PIB de Pernambuco real de 2023 e 2024, estimado de 2025, 2026, 2027 e 2028, pelas estimativas de crescimento do PIB Nacional, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 699 de 7 de julho de 2023 e alterado pela Portaria STN nº 989 de 14 de junho de 2024

I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas do Município

TOTAL DAS RECEITAS

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Realizado 2023	Realizado 2024	Reestimado 2025
RECEITAS CORRENTES (I)	1.202.004	1.383.834	1.764.929
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	255.601	301.866	326.355
IPTU	42.366	47.865	51.431
ISQN	97.748	120.782	129.780
Receita da Dívida Ativa	25.945	26.819	30.817
Demais Receitas	89.543	106.400	114.327
Receitas de Contribuições	52.428	55.962	69.131
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	28.939	31.307	37.639
Demais Receitas	23.489	24.655	31.492
Receita Patrimonial	38.007	20.930	39.489
Aplicações Financeiras	23.722	17.959	36.297
Outras Receitas Patrimoniais	14.285	2.971	3.192
Transferências Correntes	819.765	967.627	1.239.715
Cota-Parte do FPM	167.098	195.946	247.544
Cota-Parte do ITR	33	55	59
Cota-Parte do FEP	3.258	3.512	3.773
Transf. de Recursos do SUS - FMS	121.977	153.364	214.790
FUNDEB	327.899	416.152	516.156
Cota-Parte do ICMS	132.943	148.031	188.060
Cota-Parte do IPVA	62.544	49.664	68.364
Cota-Parte do IPI	451	547	588
Cota-Parte do CIDE	33	240	258
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	(70.310)	(75.185)	(80.786)
Outras Transferências Correntes	73.840	75.300	80.910
Outras Receitas Correntes	36.203	37.449	90.239
RECEITA DE CAPITAL (II)	77.880	88.929	109.000
Operações de Créditos	50.000	70.000	30.000
Alienação de Bens	1.768	-	1.000
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Transferências de Capital	26.112	18.929	78.000
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III)	95.367	104.489	132.273
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV)	-	-	-
RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.375.250	1.577.252	2.006.202

Notas Explicativas:

1 - Os valores arrecadados nos exercícios de 2023 e 2024, compõem a série histórica de arrecadação utilizada nas projeções de receitas para os anos seguintes.

2 - Durante o processo de elaboração desta Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, observamos que, os efeitos inflacionários resultantes dos aumentos de preços tiveram impacto direto nas receitas públicas. Esses impactos inflacionários tiveram um efeito positivo nas projeções de receita para os exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028.

Dessa forma, diante do novo cenário econômico, foi necessário reestimar a projeção de arrecadação para o ano de 2025, a fim de ajustá-la às condições atuais. Essas mudanças na projeção de 2025 também tiveram reflexos diretos nas projeções para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Ressaltamos que as projeções apresentadas são baseadas nas informações disponíveis até o momento e estão sujeitas a revisões periódicas à medida que novos dados e informações se tornem disponíveis. É fundamental acompanhar de perto o cenário econômico em constante evolução para realizar ajustes e atualizações adequadas.



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (I)	1.992.655	2.124.172	2.261.181
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	356.200	379.709	404.201
IPTU	55.031	58.663	62.447
ISQN	138.865	148.030	157.578
Receita da Dívida Ativa	35.969	38.343	40.817
Demais Receitas	126.335	134.673	143.359
Receitas de Contribuições	83.970	89.512	95.286
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	40.274	42.932	45.701
Demais Receitas	43.697	46.580	49.585
Receita Patrimonial	42.253	45.042	47.947
Aplicações Financeiras	38.838	41.401	44.071
Outras Receitas Patrimoniais	3.416	3.641	3.876
Transferências Correntes	1.382.495	1.473.740	1.568.797
Cota-Parte do FPM	280.872	299.410	318.722
Cota-Parte do ITR	64	68	72
Cota-Parte do FEP	4.038	4.304	4.582
Transf. de Recursos do SUS - FMS	244.825	260.983	277.817
FUNDEB	577.287	615.388	655.080
Cota-Parte do ICMS	201.224	214.505	228.340
Cota-Parte do IPVA	73.149	77.977	83.007
Cota-Parte do IPI	629	671	714
Cota-Parte do CIDE	276	294	313
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	(86.442)	(92.147)	(98.090)
Outras Transferências Correntes	86.574	92.288	98.240
Outras Receitas Correntes	127.736	136.168	144.951
RECEITA DE CAPITAL (II)	186.000	151.000	96.500
Operações de Créditos	35.000	30.000	-
Alienação de Bens	1.000	1.000	500
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital	150.000	120.000	96.000
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III)	126.017	134.334	142.999
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV)	-	-	-
RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.304.672	2.409.506	2.500.680

Notas Explicativas:

3 - Os parâmetros utilizados para chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e nas medidas econômico-financeiras e administrativas a serem implementadas pelo município, visando melhorar a fiscalização e a obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

Dessa forma, as projeções para os anos de 2025, 2026, 2027 e 2028 foram elaboradas considerando a taxa de inflação do IPCA prevista, respectivamente, em 5,25%, 4,50%, 4,00% e 3,85%. Além disso, foram consideradas as estimativas de crescimento do PIB para os mesmos anos, com percentuais de 2,20%, 2,50%, 2,60% e 2,60%. Esses números refletem um cenário de retomada da economia nos próximos anos.

É importante destacar que a taxa real do PIB tem um impacto direto nas receitas municipais, afetando a arrecadação dos tributos. Dessa forma, espera-se um leve aumento na arrecadação municipal devido à expectativa de crescimento do PIB.

A tabela abaixo demonstra os efeitos das variações desses parâmetros nas receitas:



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

Ano	Taxa de Inflação (IPCA)	Taxa de Crescimento do PIB
2025	5,25%	2,20%
2026	4,50%	2,50%
2027	4,00%	2,60%
2028	3,85%	2,60%

I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

5 - As receitas orçamentárias para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, foram estimadas considerando-se o histórico da arrecadação, projeções de indicadores econômicos, a legislação pertinente e especificidades de cada uma das receitas.

Nas estimativas desta LDO foram utilizados os modelos sugeridos pelo Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 699 de 7 de julho de 2023 e STN nº 989 de 14 de junho de 2024 e atualizações posteriores. Basicamente dois modelos de projeções foram selecionados: Modelo Média (t-1) e Modelo Sazonal.

O primeiro modelo foi utilizado nas projeções de arrecadações que são praticamente constantes ao longo dos meses, cujo a série temporal baseia-se na média de arrecadação do ano anterior, refletindo o comportamento da receita para os anos seguintes.

Já o segundo modelo, foi utilizado nas receitas das quais a arrecadação não se distribui de forma uniforme ao longo do exercício. O modelo sazonal estima a receita aplicando os índices econômicos de forma mensal, evitando possíveis distorções causadas pela sazonalidade ou algum efeito da legislação, logo, o modelo leva em consideração a arrecadação mensal na projeção.

Receitas como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), são exemplos de receitas com séries históricas sazonais, influenciadas principalmente por suas legislações específicas que definem calendários de pagamentos em determinado período do ano.

As tabelas a seguir resumem as principais variações sobre as receitas estimadas na elaboração da LDO de 2026.

Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	255.601	-
2024	301.866	18,10%
2025	326.355	8,11%
2026	356.200	9,14%
2027	379.709	6,60%
2028	404.201	6,45%

6 - O aumento previsto para a Receita Tributária provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal. As receitas tributária sofrerão variação significativa nos exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028 decorrentes da adesão do município ao "Imposto de Renda Amplo sobre Bens e Serviços", após recente interpretação do Supremo Tribunal Federal através do Recursos Extraordinário 1.293.654, bem como conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, as quais adota a alíquota de 4,8% para os serviços, 2,4% para passagens aéreas e outros, 1,2% para as obras, bens adquiridos e 0,24% sobre consumo de combustíveis e derivados.

Imposto sobre Propriedade Territorial Predial e Urbana – IPTU

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	42.366	-
2024	47.865	12,98%
2025	51.431	7,45%
2026	55.031	7,00%
2027	58.663	6,60%
2028	62.447	6,45%

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	97.748	-
2024	120.782	23,56%
2025	129.780	7,45%
2026	138.865	7,00%
2027	148.030	6,60%
2028	157.578	6,45%



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

Receita da Dívida Ativa

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	25.945	-
2024	26.819	3,37%
2025	30.817	14,91%
2026	35.969	16,72%
2027	38.343	6,60%
2028	40.817	6,45%

7 - O Município prevê um aumento na Arrecadação da Dívida Ativa, no exercício de 2025 em diante, em torno de 40% sobre o saldo da Dívida Ativa que o Município tem a receber em 2024, aplicando uma política de intensificação da arrecadação dos tributos de competência municipal.

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	28.939	-
2024	31.307	8,18%
2025	37.639	20,23%
2026	40.274	7,00%
2027	42.932	6,60%
2028	45.701	6,45%

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	167.098	-
2024	195.946	17,26%
2025	247.544	26,33%
2026	280.872	13,46%
2027	299.410	6,60%
2028	318.722	6,45%

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	33	-
2024	55	68,79%
2025	59	7,45%
2026	64	7,00%
2027	68	6,60%
2028	72	6,45%

Fundo Especial do Petróleo - FEP

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	3.258	-
2024	3.512	7,78%
2025	3.773	7,45%
2026	4.038	7,00%
2027	4.304	6,60%
2028	4.582	6,45%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	121.977	-
2024	153.364	25,73%
2025	214.790	40,05%
2026	244.825	13,98%
2027	260.983	6,60%
2028	277.817	6,45%



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	327.899	-
2024	416.152	26,91%
2025	516.156	24,03%
2026	577.287	11,84%
2027	615.388	6,60%
2028	655.080	6,45%

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	132.943	-
2024	148.031	11,35%
2025	188.060	27,04%
2026	201.224	7,00%
2027	214.505	6,60%
2028	228.340	6,45%

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	62.544	-
2024	49.664	-20,59%
2025	68.364	37,65%
2026	73.149	7,00%
2027	77.977	6,60%
2028	83.007	6,45%

Imposto de Produtos Industrializado - IPI

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	451	-
2024	547	21,38%
2025	588	7,45%
2026	629	7,00%
2027	671	6,60%
2028	714	6,45%

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	33	-
2024	240	625,0%
2025	258	7,45%
2026	276	7,00%
2027	294	6,60%
2028	313	6,45%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	36.203	-
2024	37.449	3,44%
2025	90.239	141,0%
2026	127.736	41,55%
2027	136.168	6,60%
2028	144.951	6,45%

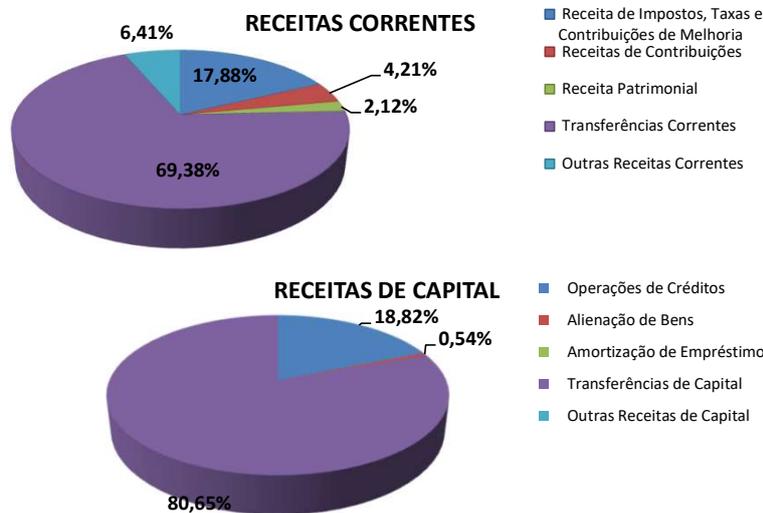
Receitas de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIACÃO %
2023	77.880	-
2024	88.929	14,19%
2025	109.000	22,57%
2026	186.000	70,64%
2027	151.000	-18,82%
2028	96.500	-36,09%

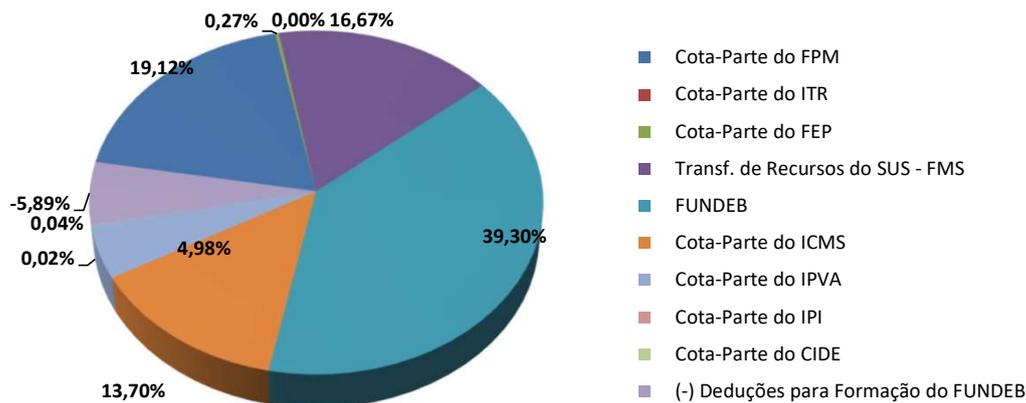
Notas Explicativas:

8 - As receitas de Capital tem como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.

8.1. Composição das receitas totais - 2026

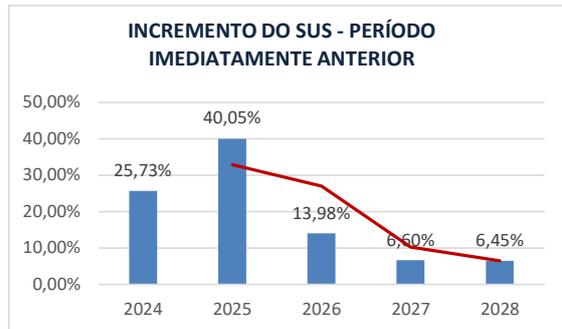
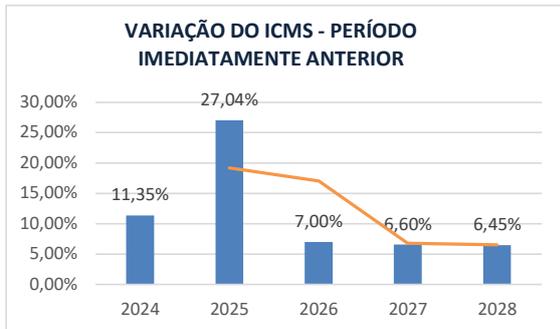
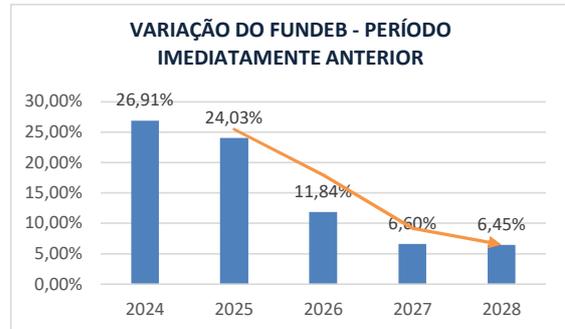
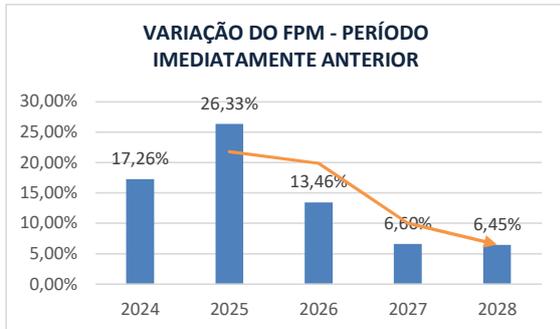


8.2 Participação do FPM e Transferências do SUS nas Transferências Correntes - 2026



Notas Explicativas: Do montante previsto para as Transferências Correntes R\$ 1.382.495.000,00 em 2026, R\$ 280.872.000,00 compõe o FPM e R\$ 244.825.000,00 compõe as Transferências do SUS.

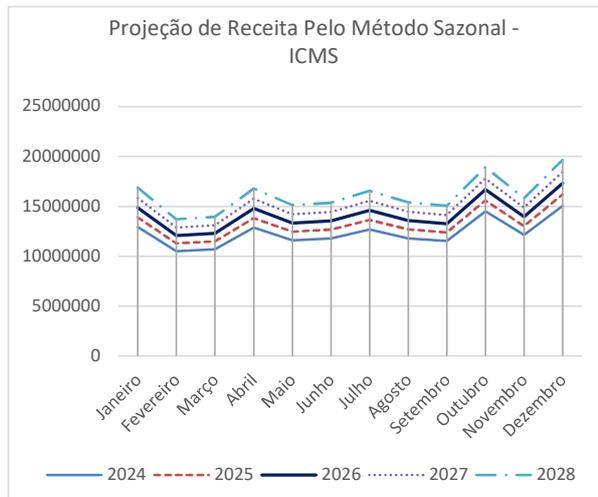
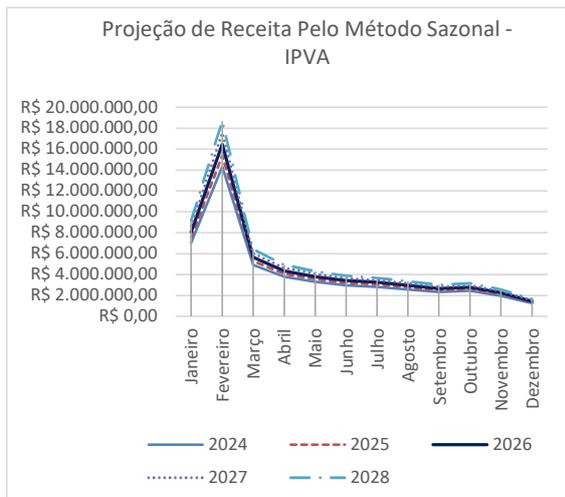
9. Demonstrativo da variação das receitas de FPM, FUNDEB, SUS e ICMS em relação ao período imediatamente anterior.



10 - Projeção das Receitas Pelo Método Sazonal

As receitas projetadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026 foram calculadas utilizando o modelo sazonal. Esse modelo é utilizado quando a arrecadação da receita não é uniformemente distribuída ao longo dos meses do ano, mas apresenta períodos de maior concentração em determinados meses.

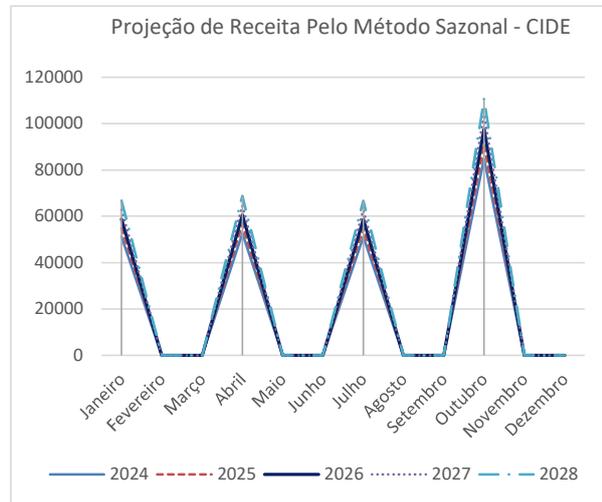
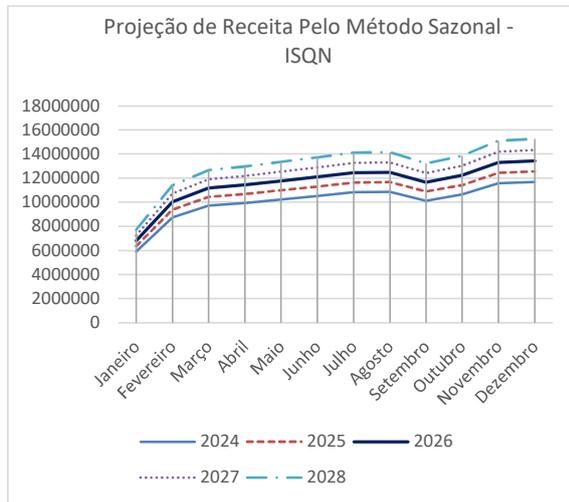
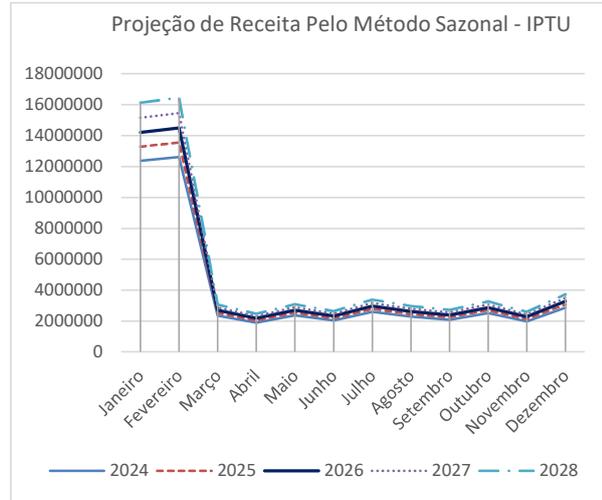
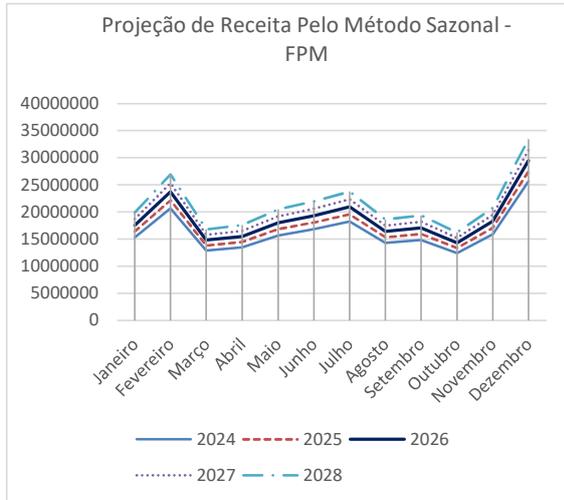
O modelo sazonal adotado é do tipo incremental, o que significa que a projeção da receita é baseada em valores anteriores. Por exemplo, ao projetar a receita para o mês de janeiro de 2026, o modelo multiplica a arrecadação ocorrida em janeiro de 2025 pelas projeções dos índices de preço, quantidade e legislação (se aplicáveis) acumulados até janeiro de 2026.





PREFEITURA DE
CARUARU

MUNICÍPIO DE CARUARU - PE





MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas do Município

TOTAL DAS DESPESAS

R\$ milhares

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada 2023	Realizada 2024	Reestimado 2025
DESPESAS CORRENTES (I)	1.145.625	1.248.682	1.625.533
Pessoal e Encargos Sociais	640.555	697.716	931.494
Juros e Encargos da Dívida	42.828	33.393	43.293
Outras Despesas Correntes	462.243	517.574	650.747
DESPESAS DE CAPITAL (II)	151.856	210.797	223.345
Investimentos	133.393	163.838	132.345
Inversões Financeiras	1.547	3.250	2.000
Amortização da Dívida	16.915	43.709	89.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMERGÊNCIA (III)	-	-	-
RESERVA PARA EMENDAS IMPOSITIVAS (IV)	-	-	-
RESERVA DO RPPS (V)	-	-	35.775
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (VI)	83.406	97.635	104.965
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL(VII)	12.813	15.757	16.584
DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI+VII)	1.393.700	1.572.872	2.006.202

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (I)	1.772.955	1.874.069	1.994.204
Pessoal e Encargos Sociais	1.024.220	1.092.286	1.163.010
Juros e Encargos da Dívida	48.705	53.752	59.127
Outras Despesas Correntes	700.030	728.032	772.067
DESPESAS DE CAPITAL (II)	350.529	341.054	298.428
Investimentos	254.996	242.000	195.600
Inversões Financeiras	2.090	2.174	2.217
Amortização da Dívida	93.443	96.881	100.611
RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMERGENCIA (III)	21.187	22.585	24.042
RESERVA PARA EMENDAS IMPOSITIVAS (IV)	-	-	-
RESERVA DO RPPS (V)	33.984	37.464	41.008
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (VI)	107.360	113.718	120.321
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL(VII)	18.657	20.616	22.678
DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI+VII)	2.304.672	2.409.506	2.500.680

Notas Explicativas:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 4,50%, 4,00% e 3,85% para os respectivos exercícios de 2026, 2027 e 2028.

2 - Estimativa referente aos valores das despesas de transferências intra-orçamentárias relativos à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, seguiram, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 699 de 7 de julho de 2023 e alterações posteriores.

3 - A reserva do RPPS corresponde ao superávit gerado pela diferença entre Receitas Previstas (incluindo as receitas intra-orçamentárias recebidas pelo RPPS) e Despesas Previdenciárias fixadas na Lei Orçamentária Anual, que será utilizado para pagamentos previdenciários futuros.



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

II.a - Metodologia de Memória de Cálculo para as despesas do Município

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	723.961	-
2024	795.351	9,86%
2025	1.036.459	30,31%
2026	1.131.580	9,18%
2027	1.206.004	6,58%
2028	1.283.331	6,41%

Notas Explicativas:

1 - Na projeção para despesas de pessoal considerou-se o aumento do salário mínimo nacional em relação a 2025 R\$ 1.518,00, estimando para 2026 em R\$ 1.630,00, conforme previsto na LDO 2024 da União.

2 - As despesas intra-orçamentárias compõem os valores projetados da Despesa com Pessoal, relativo as operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	42.828	-
2024	33.393	-22,03%
2025	43.293	29,65%
2026	48.705	12,50%
2027	53.752	10,36%
2028	59.127	10,00%

Notas Explicativas:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida segue a política do Banco Central do Brasil (Boletim Focus de 13 de junho de 2025), que projetou a taxa SELIC para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 em 12,50%, 10,50% e 10,00%, respectivamente.

Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2023	0	-
2024	0	-
2025	0	-
2026	21.187	-
2027	22.585	6,60%
2028	24.042	6,45%

Notas Explicativas:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência para atendimento de emergências e passivos contingentes serão de, no mínimo, 1% da Receita Corrente e destina-se ao reforço de dotações a serem utilizadas para pagamento de despesas emergenciais, calamidades e outras contingências.

2- Os valores fixados para a Reserva das emendas impositivas serão de no mínimo, 2,00% da Receita Corrente Líquida do exercício anterior e destina-se ao reforço de dotações a serem utilizadas para indicação no Orçamento Municipal das Emendas Impositivas apresentadas pelo poder Legislativo.



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

**IIIa - Memória de Cálculo das Metas Anuais para os Resultados Primário e Nominal do Município
Com Fontes do RPPS**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS (COM FONTES DO RPPS)	1.375.250	1.577.252	2.006.202	2.304.672	2.409.506	2.500.680
Receita Primária (Inclusive Intraorçamentária) (I)	1.299.761	1.489.293	1.938.906	2.229.834	2.337.105	2.456.109
Receitas Primárias Correntes	1.178.282	1.365.875	1.728.632	1.953.817	2.082.771	2.217.110
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	255.601	301.866	326.355	356.200	379.709	404.201
Contribuições	52.428	55.962	69.131	83.970	89.512	95.286
Transferências Correntes	819.765	967.627	1.239.715	1.382.495	1.473.740	1.568.797
Demais Receitas Primárias Correntes	50.488	40.420	93.431	131.152	139.809	148.827
Receitas Primárias de Capital	26.112	18.929	78.000	150.000	120.000	96.000
Receitas Intraorçamentária	95.367	104.489	132.273	126.017	134.334	142.999
Receita Não primária	75.489	87.959	67.297	74.838	72.401	44.571
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS (COM FONTES DO RPPS)	1.393.700	1.572.872	2.006.202	2.304.672	2.409.506	2.500.680
Despesa Primária (Inclusive Intraorçamentária)	1.333.957	1.495.770	1.838.134	2.107.354	2.198.825	2.275.893
Despesas Primárias Correntes	1.102.798	1.215.290	1.582.240	1.724.251	1.820.318	1.935.077
Pessoal e Encargos Sociais	640.555	697.716	931.494	1.024.220	1.092.286	1.163.010
Outras Despesas Correntes	462.243	517.574	650.747	700.030	728.032	772.067
Despesas Primárias de Capital	134.941	167.088	134.345	257.086	244.174	197.817
Despesas Intraorçamentárias	96.219	113.392	121.549	126.017	134.334	142.999
Restos a Pagar - Despesas Primárias Pagas	22.564	51.753	104.470	109.171	115.467	119.912
Despesas Primárias - Pagas	1.265.251	1.418.180	1.772.634	2.052.403	2.170.762	2.306.337
Despesa Não Primária	59.743	77.102	168.068	197.318	210.681	224.787
DESPESA PRIMÁRIA PAGA (II)	1.287.815	1.469.933	1.877.104	2.161.574	2.286.229	2.426.249
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA COM FONTES DO RPPS (III) = (I-II)	11.946	19.360	61.801	68.260	50.875	29.859

**IIIb - Memória de Cálculo das Metas Anuais para os Resultados Primário e Nominal do Município
Sem Fontes do RPPS**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS (SEM FONTES DO RPPS)	1.241.448	1.436.630	1.841.699	2.126.276	2.219.336	2.500.680
Receita Primária (Inclusive Intraorçamentária) (IV)	1.179.663	1.356.483	1.779.283	2.056.526	2.152.359	2.259.447
Receitas Primárias Correntes	1.153.551	1.337.554	1.694.684	1.906.526	2.032.359	2.163.447
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	255.601	301.866	326.355	356.200	379.709	404.201
Contribuições	28.939	31.307	40.183	49.823	53.111	56.538
Transferências Correntes	819.765	967.627	1.239.715	1.382.495	1.473.740	1.568.797
Demais Receitas Primárias Correntes	49.246	36.754	88.431	118.008	125.798	133.912
Receitas Primárias de Capital	26.112	18.929	78.000	150.000	120.000	96.000
Receitas Intraorçamentária	0	0	6.598	0	0	0
Receita Não primária	75.489	87.959	67.297	74.838	72.401	44.571
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS (SEM FONTES DO RPPS)	1.297.224	1.467.046	1.841.699	2.126.276	2.219.336	2.298.244
Despesa Primária (Inclusive Intraorçamentária)	1.237.481	1.389.944	1.707.406	1.962.942	2.046.119	2.114.465
Despesas Primárias Correntes	1.006.344	1.109.507	1.453.572	1.580.289	1.668.081	1.774.136
Pessoal e Encargos Sociais	544.622	592.758	804.446	881.978	941.869	1.003.959
Outras Despesas Correntes	461.722	516.749	649.127	698.310	726.212	770.177
Despesas Primárias de Capital	134.919	167.045	132.285	256.936	244.017	197.654
Despesas Intraorçamentárias	96.219	113.392	121.549	125.717	134.022	142.675
Restos a Pagar - Despesas Primárias Pagas	22.545	51.753	104.470	109.171	115.467	119.912
Despesas Primárias - Pagas	1.168.797	1.312.380	1.608.131	1.874.007	1.980.592	2.103.901
Despesa Não Primária	59.743	77.102	134.293	163.334	173.217	183.779
DESPESA PRIMÁRIA PAGA (V)	1.191.342	1.364.133	1.712.601	1.983.178	2.096.059	2.223.813
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA SEM FONTES DO RPPS (VI) = (IV-V)	-11.679	-7.650	66.681	73.348	56.299	35.633
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	23.722	17.959	36.297	38.838	41.401	44.071
Juros, Encargos e Variações Monetárias PassivosAtivos (Exceto RPPS)	42.828	33.393	43.293	48.705	53.752	59.127
RESULTADO NOMINAL ACIMA DA LINHA SEM O RPPS	-30.785	-23.084	59.685	63.481	43.949	20.578
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos	23.722	17.959	36.297	38.838	41.401	44.071
Juros, Encargos e Variações Monetárias PassivosAtivos	42.828	33.393	43.293	48.705	53.752	59.127
RESULTADO NOMINAL ACIMA DA LINHA COM O RPPS	-7.160	3.926	54.805	58.393	38.525	14.804

Dívida Consolidada (IV)	399.063	427.021	399.479	374.227	318.539	263.351
Deduções da Dívida Consolidada (V)	29.590	-4.248	23.468	57.955	52.682	30.220
Dívida Consolidada Líquida (VI) = (IV - V)	369.473	431.269	376.011	316.272	265.857	233.131

RESULTADO NOMINAL ABAIXO DA LINHA SEM RPPS	-141.464	-61.796	55.258	59.739	50.415	32.726
---	-----------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Notas Explicativas:

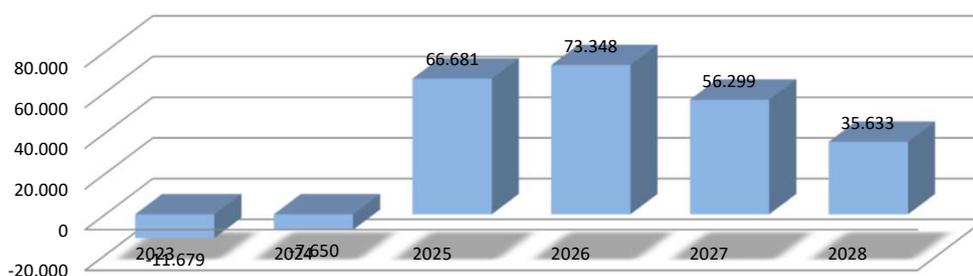
1 - As receitas e despesas intra-orçamentárias compõem o cálculo das Receitas e Despesas Primárias, conforme preconiza a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

2 - O objetivo da apuração dos resultados primário e nominal é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado.

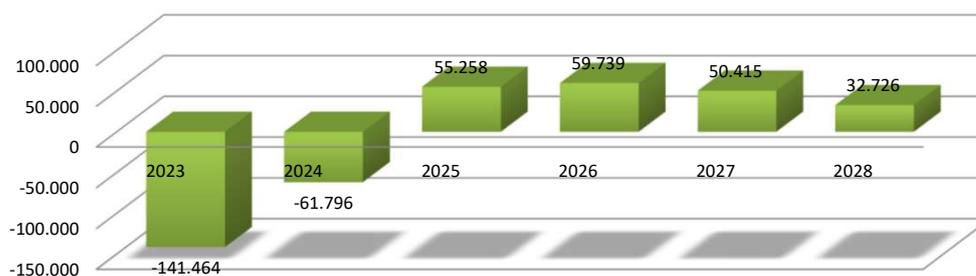
3 - O Resultado Primário é calculado pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias, seguindo a metodologia acima da linha, e excluindo as receitas e despesas intraorçamentárias, bem como as fontes de recursos do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social).

4 - O cálculo da Meta de Resultados Nominal segue o método abaixo da linha estabelecido pelo Governo Federal, conforme a Portaria STN nº 699 de 7 de julho de 2023, e alterações posteriores, aprovando a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF. Esse cálculo consiste em avaliar a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) em um determinado período.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO



EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL





MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	399.063	427.021	399.479	374.227	318.539	263.351
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	399.063	427.021	399.479	374.227	318.539	263.351
DEDUÇÕES (II)	29.590	-4.248	23.468	57.955	52.682	30.220
Disponibilidade de Caixa	28.754	-5.084	22.632	57.119	51.846	29.384
Disponibilidade de Caixa Bruta	113.497	98.435	69.050	100.217	95.123	93.815
(-) Restos a Pagar Processados	69.694	83.818	29.098	43.098	43.277	64.431
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	15.049	19.701	17.320	0	0	0
Haveres Financeiros	836	836	836	836	836	836
DCL (III) = (I-II)	369.473	431.269	376.011	316.272	265.857	233.131

Notas Explicativas:

1 - A linha de "Deduções" Registra os saldos da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos Haveres Financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 14ª Edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028
INSS	137.272	124.247	110.747	97.247	83.747	70.247
RPPS	101.522	96.141	80.282	64.422	48.563	32.703
FGTS	0	0	0	0	0	0
PASEP	4.426	6.701	4.901	3.101	1.301	0
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	148.042	193.514	198.986	209.457	184.929	160.401
MINISTÉRIO DA FAZENDA	0	0	0	0	0	0
PRECATÓRIOS	7.781	6.275	4.511	0	0	0
OUTRAS DÍVIDAS	20	143	53	0	0	0
TOTAIS	399.063	427.021	399.479	374.227	318.539	263.351

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2025 foi elaborada da seguinte forma:

Valores em milhares (R\$)

Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2025	98.434
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2025	2.006.202
(=) Disponibilidades	2.104.636
(-) Restos a pagar a serem pagos em 2025	29.384
(-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2025	2.006.202
(=) Disponibilidade de Caixa em 2025	69.050



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISAVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso I)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB*	%RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB*	%RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.753.341	0,61	0,13	1.436.630	0,50	0,11	-316.711	-18,06
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.553.254	0,54	0,12	1.356.483	0,47	0,10	-196.771	-12,67
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.753.341	0,61	0,13	1.467.046	0,51	0,11	-286.295	-16,33
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.490.836	0,52	0,11	1.364.133	0,47	0,10	-126.703	-8,50
Receita Total (COM FONTES RPPS)	1.897.536	0,66	0,14	1.577.252	0,55	0,12	-320.284	-16,88
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.801.514	0,62	0,13	1.489.293	0,52	0,11	-312.221	-17,33
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	1.897.536	0,66	0,14	1.572.872	0,54	0,12	-324.664	-17,11
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	1.721.236	0,60	0,13	1.469.933	0,51	0,11	-251.303	-14,60
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	33.441	0,01	0,00	-7.650	0,00	0,00	-41.091	-122,88
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	41.351	0,01	0,00	19.360	0,01	0,00	-21.991	-53,18
Dívida Pública Consolidada (DC)	321.424	0,11	0,02	427.021	0,15	0,03	105.597	32,85
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	285.015	0,10	0,02	431.269	0,15	0,03	146.254	51,31
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-37.642	-0,01	0,00	-61.796	-0,02	0,00	-24.154	64,17

Notas:

1-

2 - Valores retirados do Anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 - Balanço Orçamentário e do Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, do RREO do 6º bimestre da Prestação de Contas Anual de 2024, disponível no Portal da Transparência do Município.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual em 2024	288.670.000
Receita Corrente Líquida Municipal em 2024	1.348.606.032

Notas Explicativas:

PIB: Apesar de ser parâmetro opcional para os municípios, conforme a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais/STN, foi considerando para esse demonstrativo o PIB de Pernambuco de 2024 no valor de R\$ 288,67 bilhões em valores correntes, publicado pelo site www.condepefidem.pe.gov.br.

RCL: Receita Corrente Líquida – RCL para o ano de 2024, conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO - 6º Bimestre/2024.

Tabela 3 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES¹										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0	1.753.341	-	1.923.965	9,73	2.126.276	10,52	2.219.336	4,38	2.500.680	12,68
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0	1.553.254	-	1.867.571	20,24	2.056.526	10,12	2.152.359	4,66	2.259.447	4,98
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	0	1.753.341	-	1.923.965	9,73	2.126.276	10,52	2.219.336	4,38	2.298.244	3,56
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0	1.490.836	-	1.921.788	28,91	2.088.959	8,70	2.180.453	4,38	2.257.464	3,53
Receita Total (COM FONTES RPPS)	1.642.212	1.897.536	15,55	2.088.468	10,06	2.304.672	10,35	2.409.506	4,55	2.500.680	3,78
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.395.120	1.801.514	29,13	2.008.444	11,49	2.229.834	11,02	2.337.105	4,81	2.456.109	5,09
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	1.642.212	1.897.536	15,55	2.088.468	10,06	2.304.672	10,35	2.409.506	4,55	2.500.680	3,78
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	1.290.618	1.721.236	33,37	2.024.634	17,63	2.161.574	6,76	2.286.229	5,77	2.426.249	6,12
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	0	33.441	-	23.630	-29,34	73.348	210,40	56.299	-23,24	35.633	-36,71
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI)	104.502	41.351	-4,24	16.190	-6,14	68.260	4,26	50.875	-0,96	29.859	-1,03
Dívida Pública Consolidada (DC)	392.954	321.424	-18,20	409.049	27,26	374.227	-8,51	318.539	-14,88	263.351	-17,33
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	392.954	285.015	-27,47	330.219	15,86	316.272	-4,22	265.857	-15,94	233.131	-12,31
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	109.625	-37.642	-134,34	39.215	-204,18	59.739	52,34	50.415	-15,61	32.726	-35,09

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0	1.832.241	-	1.923.965	5,01	2.044.496	6,26	2.054.864	0,51	2.247.921	9,40
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0	1.623.150	-	1.867.571	15,06	1.977.429	5,88	1.992.851	0,78	2.031.071	1,92
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	0	1.832.241	-	1.923.965	5,01	2.044.496	6,26	2.054.865	0,51	2.065.947	0,54
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0	1.557.924	-	1.921.788	23,36	2.008.614	4,52	2.018.863	0,51	2.029.288	0,52
Receita Total (COM FONTES RPPS)	1.806.207	1.982.925	9,78	2.088.468	5,32	2.216.031	6,11	2.230.941	0,67	2.247.921	0,76
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	1.534.440	1.882.582	22,69	2.008.444	6,69	2.144.071	6,75	2.163.906	0,93	2.207.855	2,03
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	1.806.207	1.982.925	9,78	2.088.468	5,32	2.216.031	6,11	2.230.942	0,67	2.247.921	0,76
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	1.419.502	1.798.692	26,71	2.024.634	12,56	2.078.437	2,66	2.116.801	1,85	2.181.013	3,03
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	0	34.946	-	23.630	-32,38	70.527	198,46	52.127	-26,09	32.032	-38,55
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (III)	114.938	43.212	-62,40	16.190	-62,53	65.635	305,40	47.105	-28,23	26.841	-43,02
Dívida Pública Consolidada (DC)	432.195	335.888	-22,28	409.049	21,78	359.834	-12,03	294.933	-18,04	236.732	-19,73
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	432.195	297.841	-31,09	330.219	10,87	304.108	-7,91	246.155	-19,06	209.567	-14,86
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	120.572	-39.336	-132,62	39.215	-199,69	57.441	46,48	46.679	-18,74	29.418	-36,98

Nota¹: Identifica os valores das metas fiscais tomando como base o cenário macroeconômico, de forma que os valores apresentados sejam claramente fundamentados, para os três exercícios orçamentários anteriores ao ano de referência da LDO, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

Nota²: Identifica os valores a preços constantes, que equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO, para os três exercícios orçamentários anteriores ao ano de referência da LDO, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

Nota³: Os índices utilizados neste demonstrativo foram obtidos nos Relatórios FOCUS (13 de junho de 2025), elaborado pelo Ministério da Economia.

Nota - Em 2023, a forma de cálculo dos resultados primário e nominal foi modificada para apresentar os valores do RPPS de maneira separada. A nova metodologia inclui receitas e despesas intraorçamentárias, além de segregar as receitas e despesas orçamentárias realizadas com fontes do RPPS. Esses procedimentos não eram contemplados na metodologia utilizada em 2023. Portanto, os campos referentes a 2023 (exceto "Fonte do RPPS") serão preenchidos com valor zero. É importante ressaltar que, nos anos anteriores, as metas foram previstas e apuradas considerando as Fontes do RPPS.

ÍNDICES DE INFLAÇÃO	
2023	4,83%
2024	5,25%
2025	4,50%
2026	4,00%
2027	3,85%
2028	3,00%

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES	
2023	- Valor Corrente x 1,0999
2024	- Valor Corrente x 1,0450
2025	Valor Corrente
2026	- Valor Corrente / 1,0400
2027	- Valor Corrente / 1,0800
2028	- Valor Corrente / 1,1124



PREFEITURA DE
CARUARU

MUNICÍPIO DE CARUARU - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio / Capital	-662.448	100	-1.044.557	100	684.494	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado		0		0		0
TOTAL	-662.448	100	-1.044.557	100	684.494	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	18.943	100	15.805	100	33.995	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	0	0	0	0
TOTAL	18.943	100	15.805	100	33.995	100

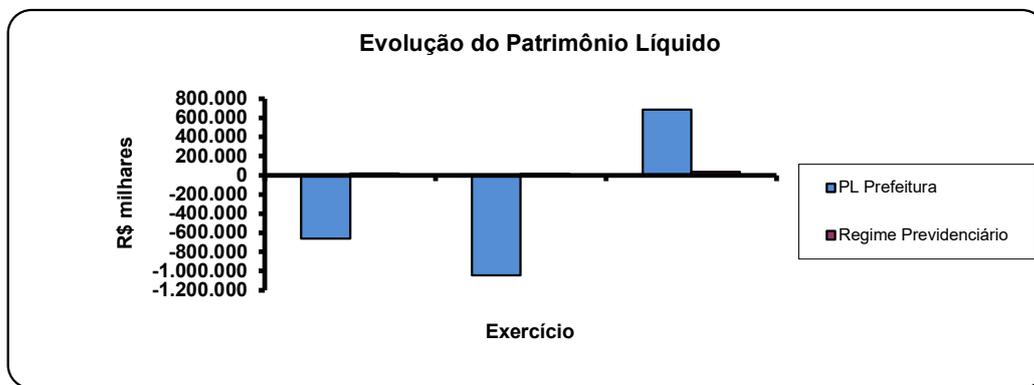


Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos



MUNICÍPIO DE CARUARU - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	1.000	-
Alienação de Bens Móveis	-	1.000	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	815	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	815	-	-
Investimentos	815	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores ¹	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	(g)=((Ia-IIId)+(IIIh)	(h)=((Ib-IIe)+(IIIi)	(i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	185	1.000	-

Fonte: Anexo 11 do RREO - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos dos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

Notas Explicativas:

1 - É importante ressaltar o disposto no art. 44 da LRF, segundo o qual é vedada aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social ou aos RPPS.



MUNICÍPIO DE CARUARU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISAVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
	2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
RECEITAS CORRENTES (I)	102.417	133.802	136.319
Receita de Contribuições dos Segurados	16.419	23.452	24.656
Ativo	15.465	21.779	22.868
Inativo	909	1.626	1.731
Pensionista	45	47	57
Receita de Contribuições Patronais	24.317	68.175	100.185
Ativo	24.317	68.175	100.185
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	3.094	8.094	7.573
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	3.094	8.094	7.573
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	58.587	34.081	3.905
Compensação Financeira entre os Regimes	5.168	6.117	3.000
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	40.200	14.378	-
Demais Receitas Correntes	13.219	13.586	905
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	62.217	119.424	136.319
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
Benefícios	75.695	93.395	102.225
Aposentadorias	67.345	84.046	92.099
Pensões por Morte	8.350	9.349	10.126
Outras Despesas Previdenciárias	1.072	510	453
Compensação Previdenciária entre Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	1.072	510	453
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	76.767	93.905	102.678
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	(14.550)	25.519	33.641
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	18.340	29.114	24.950
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	33.980	50.944
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	40.200	14.378	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
Caixa e Equivalentes de Caixa	79	1	1.749
Investimentos e Aplicações	41.261	78.457	110.922
Outro Bens e Direitos	139.164	1.728.930	1.420.465

continua



MUNICÍPIO DE CARUARU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
2026

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Financeira entre os Regimes	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	-	-	-
Recursos Para Formação de Reserva	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outros Bens e Direitos	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Receitas Correntes	3.965	3.257	4.303
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	3.965	3.257	4.303
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Despesas Correntes (XIII)	1.573	2.548	3.131
Pessoal e Encargos Sociais	1.200	2.026	2.309
Demais Despesas Correntes	373	522	822
Despesas de Capital (XIV)	10	23	17
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1.583	2.571	3.148
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	2.382	686	1.155

continua



MUNICÍPIO DE CARUARU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES
2026

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	-	-	-
Outros Bens e Direitos	-	-	-
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	-	-	-
Demais Receitas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	-	-	-



Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores



MUNICÍPIO DE CARUARU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES
E INATIVOS MILITARES**

2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2025	125.426	122.724	2.702	110.771
2026	127.937	122.604	5.333	116.104
2027	135.211	121.829	13.382	129.486
2028	143.691	122.947	20.744	150.230
2029	146.425	123.878	22.547	172.777
2030	149.256	124.860	24.396	197.173
2031	152.179	125.619	26.560	223.733
2032	154.866	127.596	27.270	251.003
2033	156.672	131.493	25.179	276.182
2034	157.642	133.055	24.587	300.769
2035	141.629	135.460	6.169	306.938
2036	142.547	136.802	5.745	312.683
2037	143.424	138.041	5.383	318.066
2038	144.355	139.133	5.222	323.288
2039	145.152	140.520	4.632	327.920
2040	146.481	140.756	5.725	333.645
2041	148.037	140.510	7.527	341.172
2042	149.712	140.161	9.551	350.723
2043	151.827	139.037	12.790	363.513
2044	154.469	137.205	17.264	380.777
2045	157.522	135.050	22.472	403.249
2046	160.688	133.334	27.354	430.603
2047	159.853	130.420	29.433	460.036
2048	159.063	127.573	31.490	491.526
2049	158.635	123.999	34.636	526.162
2050	154.666	127.445	27.221	553.383
2051	153.605	124.391	29.214	582.597
2052	152.576	121.595	30.981	613.578
2053	151.852	118.281	33.571	647.149
2054	151.259	114.934	36.325	683.474
2055	151.018	111.204	39.814	723.288
2056	150.994	107.493	43.501	766.789
2057	149.239	103.720	45.519	812.308
2058	50.482	99.687	(49.205)	763.103
2059	46.970	95.956	(48.986)	714.117
2060	43.601	92.011	(48.410)	665.707

(continua)

Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores



PREFEITURA DE
CARUARU

MUNICÍPIO DE CARUARU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES
E INATIVOS MILITARES**

2026

(continuação)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2061	40.360	87.910	(47.550)	618.157
2062	37.427	83.235	(45.808)	572.349
2063	34.452	78.967	(44.515)	527.834
2064	31.620	74.617	(42.997)	484.837
2065	28.879	70.342	(41.463)	443.374
2066	26.409	65.717	(39.308)	404.066
2067	24.041	61.252	(37.211)	366.855
2068	21.850	56.779	(34.929)	331.926
2069	19.802	52.419	(32.617)	299.309
2070	17.897	48.189	(30.292)	269.017
2071	16.124	44.141	(28.017)	241.000
2072	14.477	40.283	(25.806)	215.194
2073	12.957	36.626	(23.669)	191.525
2074	11.557	33.173	(21.616)	169.909
2075	10.275	29.930	(19.655)	150.254
2076	9.105	26.897	(17.792)	132.462
2077	8.042	24.072	(16.030)	116.432
2078	7.082	21.451	(14.369)	102.063
2079	6.218	19.028	(12.810)	89.253
2080	5.444	16.797	(11.353)	77.900
2081	4.754	14.751	(9.997)	67.903
2082	4.144	12.885	(8.741)	59.162
2083	3.608	11.191	(7.583)	51.579
2084	3.141	9.663	(6.522)	45.057
2085	2.735	8.292	(5.557)	39.500
2086	2.387	7.068	(4.681)	34.819
2087	2.091	5.984	(3.893)	30.926
2088	1.843	5.030	(3.187)	27.739
2089	1.637	4.195	(2.558)	25.181
2090	1.469	3.469	(2.000)	23.181
2091	1.334	2.843	(1.509)	21.672
2092	1.229	2.306	(1.077)	20.595
2093	1.152	1.850	(698)	19.897
2094	1.096	1.466	(370)	19.527
2095	1.061	1.144	(83)	19.444
2096	1.043	878	165	19.609
2097	1.041	662	379	19.988
2098	1.052	488	564	20.552
2099	1.073	352	721	21.273
2100			-	21.273

Avaliação atuarial elaborada por Luiz Claudio Kogut - Atuário, MIBA 1.308 Data: 31/12/2024. Ano Base : 2025.



MUNICÍPIO DE CARUARU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

R\$ milhares

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
IPTU, ITBI, ISSQN e	Concessão de desconto por antecipação de pagamento. / Desconto por pontuação por ações ambientais. / Outros benefícios de parcelamento e perdão de dívidas.	Contribuintes do IPTU	8.015.054,72	9.137.162,39	10.416.365,12	Aumento na arrecadação com redução da inadimplência / Compensações Ambientais / Estímulo à adimplência.
TOTAL			8.015.054,72	9.137.162,39	10.416.365,12	-

Nota:

Não são estimados valores, para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos do texto legal do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, devendo ser feito estudo de impacto orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício, durante o exercício respectivo.

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**MUNICÍPIO DE CARUARU****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO****2026**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	227.726
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	16.579
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	211.147
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	211.147
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	95.122
Novas DOCC	95.122
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	116.025

Notas Explicativas:

1 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, nos termos do art. 17 da LRF, para o Município em 2026, decorrem do aumento do salário mínimo nacional, estimado em R\$ 1.630,00, conforme previsto na LDO 2026 da União.

2 - Foi considerado, para 2026, aumento de receita de até 7,00%, resultante da taxa de inflação de 4,50%, e a taxa de crescimento do PIB de 2,50%, ambos indicadores disponíveis no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2026 e Relatório FOCUS do Bando Central do Brasil, publicado em 13 de junho de 2024.



ANEXO III
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

CARUARU 2026

1848

CARUARU

ANEXO III – RISCOS FISCAIS

DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município, para 2026, foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas pela Administração, caso os riscos se concretizem.

Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º.

“§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.180/09, que aprovou a NBC T 19.7, que trata de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, definiu, nos seguintes termos:

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

A **Reserva de Contingência**, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da LRF destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos quais se incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Constará da Lei Orçamentária pelo menos 1% (um por cento) da receita corrente líquida para a reserva de contingência.

Também é possível superar ocorrências de eventos de que trata este anexo, por meio de realocação ou redução de despesas discricionárias.

No exercício de 2026 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:

1. Não atingimento das metas de arrecadação de receitas e aumentos de despesas em decorrência de:

- a) Ritmo de crescimento da atividade econômica do País abaixo do que está sendo projetado, com reflexo no nível de arrecadação dos tributos municipais e dos recursos resultantes de transferências constitucionais e legais feitas por outros entes federativos;
- b) Flutuações na taxa de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros e amortizações);
- c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais consideradas nas projeções desta LDO;
- d) inadimplência superior às estimativas de recebimentos dos créditos de dívida ativa tributária, previstos nas campanhas de cobrança administrativa e judicial, consoante disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualizações;

2. Socorro à população em caso de situações emergenciais, de calamidade pública, epidemias e enchentes, em valores superiores aos estimados para programas assistenciais, de saúde e da defesa civil que constarão da Lei Orçamentária.

3. Desastres ambientais de grandes proporções no território do município.

4. Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.

Havendo as ocorrências citadas, serão tomadas as providências referenciadas na folha anterior, por meio de utilização da reserva de contingência e realocação de recursos e redução de despesas discricionárias, assim como em situações emergenciais e de calamidade haverá gestão de riscos.

Considerando riscos hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, enquadrando-se em contingências passivas.

Anexa Tabela de Riscos Fiscais, modelo STN.



PREFEITURA DE
CARUARU

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ milhares

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0		0
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0		0
Avais e Garantias Concedidas	0		0
Assunção de Passivos	0		0
Assistências Diversas	4.000		4.000
- Assistência as consequências de enchentes, seca e outros eventos	4.000	- Utilização da reserva de contingência	4.000
Outros Passivos Contingentes	0		0
SUBTOTAL	4.000	SUBTOTAL	4.000

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	225.000		225.000
- Não recebimento de emendas parlamentares e recursos de convênios dos governos Estadual e Federal.	170.000	- Contingenciamento das despesas/limitação de empenho de investimentos com fonte de emendas parlamentares e/ou convênios	170.000
- Frustração de Arrecadação de IPTU, ISS e outros Tributos	15.000	- Contingenciamento das despesas/limitação de empenhos	15.000
- Não arrecadação da dívida ativa	5.000	- Contingenciamento das despesas/limitação de empenhos	5.000
- Não recebimento dos recursos de operação de crédito	35.000	- Contingenciamento das despesas/limitação de empenho de investimentos com fonte de recurso de operação de crédito.	35.000
Restituição de Tributos a Maior	0		0
Discrepância de Projeções:	0		0
Outros Riscos Fiscais	0		0
SUBTOTAL	225.000	SUBTOTAL	225.000
TOTAL	229.000	TOTAL	229.000



ANEXO IV

ANEXO DE OBRAS EM EXECUÇÃO, DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E NOVOS PROJETOS

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

CARUARU 2026

1848

CARUARU

APRESENTAÇÃO

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu no art. 45 que somente deverão ser incluídos novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

O presente anexo contém a discriminação das obras em andamento, despesas previstas para conservação do patrimônio e os novos projetos que serão incluídos na lei orçamentária para 2026, para atendimento das disposições do parágrafo único do referido art. 45 da LRF.

Estão evidenciadas detalhadamente, a seguir:

- I - Obras em Andamento;
- II - Despesas para Conservação do Patrimônio;
- III - Novos Projetos

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	OBRAS EM EXECUÇÃO				Fonte (Recurso Próprio)	Fonte (Recurso Vinculado - Convênio)	Fonte (Operação de Crédito)	VALOR A SER GASTO EM 2026 COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO (R\$)	GASTOS COM NOVOS PROJETOS EM 2026 (R\$)
	OBRAS EM EXECUÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA (R\$)	% DE CONCLUSÃO PREVISTO P/2026	VALOR EXECUTADO EM 2026 (R\$)					
SECRETARIA INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS									
CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO COMUNITÁRIO LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JOSÉ	2025	R\$ 1.834.468,00	40%	R\$ 733.787,20		R\$ 547.157,90	R\$ 186.629,30		
ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR E PROJETOS DE MACRODRENAGEM DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	2024	R\$ 4.004.640,94	47%	R\$ 1.882.181,24	R\$ 1.882.181,24				
PONTE DO ALTO DO MOURA	2025	R\$ 6.078.784,04	80%	R\$ 4.863.027,23			R\$ 4.863.027,23		
FEIRA DO GADO	2025	R\$ 3.283.226,16	30%	R\$ 984.967,85	R\$ 300.000,00		R\$ 684.967,85		
CONTRATO DE MANUTENÇÃO DAS PONTES E BUEIROS	2025	R\$ 7.020.191,82	100%	R\$ 7.020.191,82	R\$ 7.020.191,82				
CANALIZAÇÃO CORREGO KENNEDY	2025	R\$ 34.247.360,52	50%	R\$ 17.123.680,26	R\$ 34.247,36	R\$ 17.089.432,90			
CANALIZAÇÃO CORREGO MOCOS	2025	R\$ 35.543.856,28	50%	R\$ 17.771.928,14	R\$ 35.543,86	R\$ 17.736.384,29			
MINHA RUA NOVA	2025	R\$ 60.000.000,00	80%	R\$ 48.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 42.000.000,00		
PONTE SALDANHA DA GAMA	PROJETO						R\$ 8.000.000,00		R\$ 8.000.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E CADASTRO NO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	2025	R\$ 1.000.000,00	80%	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00				
CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO BAIRRO JOÃO MOTA	2025	R\$ 420.000,00	60%	R\$ 252.000,00			R\$ 252.000,00		
REQUALIFICAÇÃO DA AV. AGAMENON MAGALHÃES	PROJETO						R\$ 7.000.000,00		R\$ 7.000.000,00
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE I	2025	R\$ 2.632.452,79	100%	R\$ 2.632.452,79	R\$ 2.632.452,79				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE II	2025	R\$ 2.780.743,80	100%	R\$ 2.780.743,80	R\$ 2.780.743,80				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE III	2025	R\$ 3.526.987,29	100%	R\$ 3.526.987,29	R\$ 3.526.987,29				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE IV	2025	R\$ 3.018.450,90	100%	R\$ 3.018.450,90	R\$ 3.018.450,90				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE V	2025	R\$ 3.699.583,14	100%	R\$ 3.699.583,14	R\$ 3.699.583,14				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE VI	2025	R\$ 3.363.207,46	100%	R\$ 3.363.207,46	R\$ 3.363.207,46				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE VII	2025	R\$ 3.082.112,34	100%	R\$ 3.082.112,34	R\$ 3.082.112,34				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE VIII	2025	R\$ 2.069.035,38	100%	R\$ 2.069.035,38	R\$ 2.069.035,38				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE IX	2025	R\$ 2.283.886,14	100%	R\$ 2.283.886,14	R\$ 2.283.886,14				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE X	2025	R\$ 4.297.689,86	100%	R\$ 4.297.689,86	R\$ 4.297.689,86				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XI	2025	R\$ 1.955.619,74	100%	R\$ 1.955.619,74	R\$ 1.955.619,74				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XII	2025	R\$ 1.149.754,23	100%	R\$ 1.149.754,23	R\$ 1.149.754,23				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XIII	2025	R\$ 1.265.789,98	100%	R\$ 1.265.789,98	R\$ 1.265.789,98				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XIV	2025	R\$ 987.645,23	100%	R\$ 987.645,23	R\$ 987.645,23				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XV	2025	R\$ 1.134.876,45	100%	R\$ 1.134.876,45	R\$ 1.134.876,45				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XVI	2025	R\$ 1.065.771,32	100%	R\$ 1.065.771,32	R\$ 1.065.771,32				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XVII	2025	R\$ 783.456,76	100%	R\$ 783.456,76	R\$ 783.456,76				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XVIII	2025	R\$ 634.987,14	100%	R\$ 634.987,14	R\$ 634.987,14				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XIX	2025	R\$ 875.242,12	100%	R\$ 875.242,12	R\$ 875.242,12				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PRAÇAS, PARQUES E CANTEROS EM DIVERSOS BARRIOS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE - LOTE XX	2025	R\$ 721.482,55	100%	R\$ 721.482,55	R\$ 721.482,55				
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ASFÁLTICA NAS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	2025	R\$ 11.284.483,04	100%	R\$ 11.284.483,04	R\$ 11.284.483,04				
Execução de serviços de manutenção (conservação/recuperação) de ruas não pavimentadas em diversos bairros do município de Caruaru/PE	2022	R\$ 4.925.880,80	50%	R\$ 2.462.940,40	R\$ 2.462.940,40				
CONCLUSÃO DA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL PROFESSOR JOÃO VASCONCELOS SOBRIHO NO MUNICÍPIO DE CARUARU/PE	2024	R\$ 2.092.404,74	80%	R\$ 194.237,08		R\$ 1.898.167,66			
CONCLUSÃO DA REVITALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ACESSO AO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE CARUARU/PE	2024	R\$ 1.107.199,04	70%	R\$ 334.981,03	R\$ 130.199,04	R\$ 642.018,97			
SUBTOTAL		R\$ 214.171.270,00		R\$ 155.037.179,91					R\$ 15.000.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES									
RECONSTRUÇÃO DO CMEI HELENO CUMARU	PROJETO					R\$ 600.000,00			R\$ 600.000,00
RECONSTRUÇÃO DO CMEI ERIKA PATRÍCIA	2025	R\$ 4.566.108,30	60%	R\$ 2.741.586,48	R\$ 2.741.586,48				
CONSTRUÇÃO DE NOVO DEPÓSITO DA MERENDA	2025	R\$ 3.367.764,05	75%	R\$ 2.520.441,17	R\$ 2.520.441,17				
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREDIAL DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	PROJETO						R\$ 15.510.811,95		
CMEI ALVORADA DO POJUCA	2024	R\$ 3.124.565,05	70%	R\$ 2.050.879,75	R\$ 80.616,31	R\$ 1.970.264,48			
CMEI VILA DO RAFAEL	2022	R\$ 4.204.225,10	30%	R\$ 659.027,58	R\$ 90.619,66	R\$ 568.407,89			
CMEI EM CACHOEIRA SECA	2022	R\$ 4.326.261,99	40%	R\$ 1.493.725,49	R\$ 175.042,39	R\$ 1.318.683,01			
CONSTRUÇÃO DE QUADRA MESTRE VITALINO	2022	R\$ 1.927.417,36	90%	R\$ 1.702.505,53	R\$ 553.239,70	R\$ 1.149.265,83			
CONSTRUÇÃO DAS COBERTAS DAS QUADRAS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS MARIA FELIX DE LIMA, DOM BENEDITO MARCHO E ÁLVARO LINS E CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA TIPO 1 PADRÃO FNDE PARA A ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE KENNEDY	2025	R\$ 7.682.313,60	90%	R\$ 6.914.082,24					R\$ 7.682.313,60
SUBTOTAL		R\$ 29.198.655,45		R\$ 18.082.248,24			R\$ 15.510.811,95		R\$ 8.282.313,60



MUNICÍPIO DE CARUARU
ESTADO DE PERNAMBUCO

METAS ANUAIS
CARUARU - LDO 2026

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DE OBRAS EM EXECUÇÃO, DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NOVOS PROJETOS
(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	OBRAS EM EXECUÇÃO				Fonte (Recurso Próprio)	Fonte (Recurso Vinculado - Convênio)	Fonte (Operação de Crédito)	VALOR A SER GASTO EM 2026 COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO (R\$)	GASTOS COM NOVOS PROJETOS EM 2026 (R\$)
	OBRAS EM EXECUÇÃO	VALOR TOTAL DA OBRA (R\$)	% DE CONCLUSÃO PREVISTO P/2026	VALOR EXECUTADO EM 2026 (R\$)					
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE									
UBS CIDADE ALTA	2025	R\$ 1.995.000,00	45%	R\$ 897.750,00		R\$ 897.750,00			
UBS SÃO JOSÉ	2025	R\$ 1.875.000,00	45%	R\$ 843.750,00		R\$ 843.750,00			
CAPS INDIANÓPOLIS	2025	R\$ 1.849.075,00	42%	R\$ 776.611,00		R\$ 776.611,00			
COMPLEXO DE SAÚDE DO VASSOURAL	2025	R\$ 3.265.491,28	49%	R\$ 1.600.090,73			R\$ 1.600.090,73		
CLIMATIZAÇÃO DA UPA DO SALGADO	2025	R\$ 382.974,42	30%	R\$ 114.892,33			R\$114.892,33		
CLIMATIZAÇÃO DA UPA DA BOA VISTA	2025	R\$ 654.665,09	30%	R\$ 196.399,53			R\$ 196.399,53		
SAMU	2025	R\$ 3.685.555,54	80%	R\$ 2.948.444,43	R\$ 719.923,63	R\$ 2.228.520,80			
REFORMA DA USF DE GONÇALVES FERREIRA	2025	R\$ 500.000,00	80%	R\$ 400.000,00	R\$ 100.000,00		R\$ 400.000,00		
CLIMATIZAÇÃO DA UPA DA RENDEIRAS	PROJETO						R\$ 900.000,00		R\$ 900.000,00
CLIMATIZAÇÃO DO MANOEL AFONSO	PROJETO						R\$ 900.000,00		R\$ 900.000,00
SUBTOTAL		R\$ 14.207.761,33		R\$ 7.777.938,02					R\$ 1.800.000,00
TOTAL		R\$ 257.577.686,78		R\$ 180.897.366,17				R\$ 15.510.811,95	R\$ 25.082.313,60

IDENTIFICAÇÃO	CUSTO TOTAL DA OBRA (R\$)
OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ 180.897.366,17
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	R\$ 15.510.811,95
NOVOS PROJETOS	R\$ 25.082.313,60
TOTAL	R\$ 221.490.491,72